

AUGUSTO NGANGULA E SILVA

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM ANGOLA:
UMA CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS
REGIÕES ANGOLANAS**

Monografia apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor: Cássio
Frederico Camargo Rolim.

CURITIBA

2003

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por ter iluminado o meu caminho ao longo de todo curso.

Agradeço aos meus pais, Francisco Romão e Ana de Fátima, por terem me dado a oportunidade de chegar até aqui. Agradeço às minhas irmãs Carla, Hélia, Rosa, Marita, Marcelina e ao meu irmão Cláudio, saibam que esta conquista, não seria possível sem o apoio de vocês.

Faço um agradecimento especial à minha namorada Fabiane, que com sua paciência e carinho, sempre me incentivou e me deu forças nos momentos mais difíceis.

Agradeço, também aos meus amigos, Sebastião M. Mabote, Adriano Meneses, Samanta Nogueira e Homer S., pelo incentivo, companheirismo e principalmente pelos ótimos momentos que compartilhamos juntos em todos estes anos, dos quais nunca me esquecerei.

Agradeço em especial ao meu orientador Prof. Cássio Rolim, cujo seu vasto conhecimento em assuntos africanos, contribuiu muito para a elaboração e conclusão deste trabalho.

Aproveito o ensejo para agradecer aos professores Maurício Serra e Antônio Lopes, que participaram da minha banca, e que com seus comentários e sugestões, contribuíram para a o enriquecimento deste trabalho.

Agradeço também à todas as pessoas que direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão do meu curso.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
RESUMO	ix
1 INTRODUÇÃO	1
2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA	3
2.1 SÍNTESE DO PERÍODO COLONIAL	3
2.2 PERÍODO SOCIALISTA	6
2.3 TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE MERCADO	10
2.4 A CRISE DA DÉCADA DE 80	11
2.5 OS ACORDOS DE PAZ	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1 ABORDAGEM HINCO	17
3.2 REGIÃO E ESPAÇOS ECONÔMICOS	15
4 CARACTERIZAÇÃO DE ANGOLA	20
4.1 COMPOSIÇÃO ETNO-LINGUÍSTICA	20
4.2 CARACTERIZAÇÃO DE ANGOLA SOB A ÓTICA HINCO	22
4.3 CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA DE ANGOLA	25
4.4 CARACTERIZAÇÃO DAS PROVÍNCIAS ANGOLANAS	29
4.4.1 Província do Bengo	29
4.4.2 Província da Huíla	31
4.4.3 Província do Kwanza Norte	34
4.4.4 Província do Kwanza-Sul	36
4.4.5 Província do Huambo	38
4.4.6 Província de Cabinda	41
4.4.7 Província de Benguela	42
4.4.8 Província de Luanda	44
5 ANÁLISE DOS ESPAÇOS ECONÔMICOS	47
6 CONCLUSÃO	57

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....60

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E A DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL EM ANGOLA	24
TABELA 2 - ESTRUTURA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA DÉCADA DE 90 (EM %)	25
TABELA 3 - ESTRUTURA DAS ATIVIDADES SETORIAIS EM TERMOS DO PIB (%)	26
TABELA 4 - ESTRUTURA DAS CONTAS NACIONAIS (EM MIL USD CORRENTES)	27
TABELA 5 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA – PROVÍNCIA DO BONGO.....	30
TABELA 6 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA – PROVÍNCIA DE HUÍLA	32
TABELA 7 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA – PROVÍNCIA DO KWANZA NORTE	34
TABELA 8 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA – PROVÍNCIA DO KWANZA SUL	36
TABELA 9 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA – PROVÍNCIA DO HUAMBO.....	39
TABELA 10 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA – PROVÍNCIA DE BENGUELA	42
TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR PROVÍNCIA (1990 A 2000).....	47
TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR PROVÍNCIA.(1990 E 2000)	48
TABELA 13 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR PROVÍNCIA X FLUXOS MIGRATÓRIOS	49
TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO POR PROVÍNCIA DA POPULAÇÃO EMPREGADA (2002)	52
TABELA 15 - COMPÊNDIO ESTATÍSTICO - CARACTERIZAÇÃO DAS PROVÍNCIAS ANGOLANAS(REF. A 2000)	54

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - COMPÊNDIO ORGANIZADO SOB A ÓTICA HINCO	16
---	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - DIVISÃO TERRITORIAL NO PERIODO DA GUERRA	8
FIGURA 2 - MAPA - ANGOLA E O CONTINENTE AFRI4CANO.....	22
FIGURA 3 - MAPA DE ANGOLA.....	23

RESUMO

O passado histórico nos mostra que desde a libertação colonial, o país mergulhou num profundo abismo marcado por conflitos políticos, étnicos e econômicos, do qual, só agora – depois de 27 anos – o país está conseguindo emergir. O presente trabalho se resume em fazer uma caracterização sócio-econômica de Angola, procurando diagnosticar a existência de espaços econômicos nas regiões angolanas. Para isto, será feita uma retrospectiva histórica dos principais fatos que marcaram a transição do período colonial, para uma nação independente em que foi instaurado o regime socialista no país e, deste, à posterior transição uma nação capitalista no final da década de 80. Diante disto será feita uma caracterização das regiões angolanas, face às diversas mudanças político-institucionais ocorridas no país que, associadas à guerra civil, provocaram profundas mudanças na sociedade angolana, sobretudo nas principais províncias do país. Com base nas especificidades de cada região, será feito um diagnóstico da existência de espaços econômicos nas regiões angolanas.

1 INTRODUÇÃO

Angola é um país reconhecidamente marcado por conflitos internos, de ordem política, étnica, econômica e social. É um país com uma vasta extensão territorial e abundante em recursos minerais e agrícolas, o que a torna, uma das maiores potências econômicas em relação aos demais países da África Sub-Sahariana. No entanto, o país passou por períodos conturbados, que foram marcados pela libertação da colônia portuguesa¹, por conflitos políticos internos, pela guerra civil e a desorganização da administração pública, que resultaram numa expressiva deterioração das relações comerciais e das infra-estruturas produtivas, culminando em graves conseqüências para o bem estar econômico e social.

Ao longo dos tempos Angola passou por profundas mudanças estruturais. Não se poderia falar de Angola sem antes fazer uma breve retrospectiva histórica das principais mudanças político-institucionais, sócio-culturais e econômicas. Estas mudanças deveram-se ao fato do país ter passado, num curto espaço de tempo, de colônia portuguesa (período em que o país esteve sob jugo português por mais de 500 anos), para um Estado socialista e monopartidário em 1975, e deste para um Estado Capitalista e multipartidário, em 1992. Tal transição ocorreu em menos de 17 anos.

Os objetivos pretendidos deste trabalho, se resumem em fazer uma caracterização sócio-econômica das regiões angolanas, para que com isso possamos diagnosticar a existência de espaços econômicos no país.

Este trabalho será dividido em seis capítulos, que seguirão uma ordem cronológica dos principais fatores históricos, bem como, das principais mudanças conjunturais e estruturais nos diferentes períodos. No segundo capítulo será feita uma síntese histórica do período colonial em Angola e a sua posterior transição para uma nação independente e soberana. Ainda neste capítulo, será caracterizado o “ponto de

¹ O colonialismo português em Angola, é conhecido como “colonialismo tardio”. Segundo MENEZES, “...o colonialismo tardio é assim conhecido, em referência à sua demorada solução relativamente aos outros colonialismos (...), este por sua vez, encerrou-se em meados dos anos 70, libertando países africanos como Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau”. (MENEZES, 2000, p. 91)

inflexão²” ocorrido na economia angolana, definido pela reorientação para uma economia de mercado.

O terceiro capítulo será reservado para o referencial teórico, e neste será feita uma discussão sobre os conceitos elaborados pelos principais teóricos relacionados à área da análise regional, bem como a metodologia utilizada para a caracterização do país sob a ótica HINCO³. No quarto capítulo, será feita uma caracterização do país e das províncias angolanas, sob a ótica HINCO, onde será feita uma abordagem das regiões sob diversos aspectos, utilizando-se de rubricas analíticas. No quinto capítulo, serão diagnosticados os espaços econômicos nas principais províncias angolanas. Por fim, no sexto capítulo, serão feitas as considerações finais acerca do decorrido no trabalho.

² Será discutido na seção 2.4 do trabalho.

³ Este modelo será discutido na seção 3.1.

2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA

2.1 SÍNTESE DO PERÍODO COLONIAL

Nos fins do século XV (1482), os portugueses chegaram em Angola liderados por uma frota ordenada por Diogo Cão, desembarcando nas proximidades do rio Congo, situado ao Norte do país. O objetivo dos portugueses, era o de chegar às terras da Índia. Neste primeiro momento, não tiveram como objetivo a colonização do território angolano. No início do século XVI, os portugueses passaram a perceber o potencial econômico do território angolano, uma vez que o mesmo, era bem dotado de recursos minerais, naturais e humanos (mão de obra escrava). Diversas expedições portuguesas, ao território africano, passaram a ter apoio da Coroa e da Igreja, que tinham como justificativa, a conversão religiosa dos nativos “pagãos”, o que gerou um intenso processo missionário em Angola. Os portugueses constataram muita resistência por parte dos nativos da região do Congo, o que contribuiu, para a expulsão dos lusitanos daquela região no final do século XVI. (MENEZES, 2000, p. 107)

Os portugueses só vieram a alcançar o interior do país, nos dois séculos subsequentes. Por muito tempo, a Angola passou a ser uma importante fonte de mão de obra escrava, para as colônias européias na América Latina (ex. Brasil).

Nos fins do século XIX, o tráfico de mão de obra escrava, era a principal fonte do lucro da metrópole portuguesa e estaria sendo ameaçada, com o fim do “escravismo internacional”, o que contribuiu para uma reorientação para outras atividades econômicas. A partir daí iniciou-se uma penetração maciça no interior do país, desta vez, já com interesses nas riquezas minerais e para fazer frente às possíveis ameaças de outros países europeus na conquista do território angolano. (MENEZES, 2000, p.109)

No que se refere às atividades econômicas, no período colonial a Angola se assentava num setor agrícola tradicional, o que a tornara num país com auto-suficiência alimentar e exportador de produtos agrícolas tais como café, tabaco, milho, algodão açúcar, etc.

No século XX, a Angola chegou a ser o quarto produtor mundial de diamantes e a produção de petróleo crescia exponencialmente naquele período. (CALADO, 1998, p. 58).

O colonialismo europeu sofreu as primeiras ameaças em meados de 1950, quando se difundiram diversos movimentos anticolonialistas em todo o continente africano. Segundo MENEZES (2000, p. 163), “O resultado desses movimentos despertou politicamente os nativos das colônias lusitanas e a possibilidade de independência passou a ser vislumbrada como uma realidade não muito distante”.

Os movimentos nacionalistas tiveram início em 1950 em Angola, quando foram fundados os principais movimentos anticolonialistas. Dentre eles destacam-se o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), que foi fundado em 1956. A origem étnica dos líderes deste movimento, advinha dos quimbundos, situados na região central do país, nas proximidades da capital, Luanda e tinham como um de seus líderes o intelectual Antônio Agostinho Neto. Outro movimento era o da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), este foi fundado em 1962 e estava mais representado no Norte do país, e a etnia dos seus articuladores advinha dos bacongós. Em 1966 foi fundado o movimento da União para Independência Total de Angola (UNITA), a origem étnica dos líderes deste grupo advinha dos ovimbundos, e estes habitavam no Sul do país. Isto explicaria, em parte, o domínio da UNITA⁴ nas regiões centrais e do leste de Angola nos períodos de guerra.

Em 1961 começaram os conflitos internos que levaram à luta pela independência, por um lado, tinham os movimentos nacionalistas e por outro os colonos portugueses, dando-se início a uma guerra sem precedentes em todo o território angolano. Muitos dos articuladores dos movimentos nacionalistas, foram letrados e educados na própria metrópole portuguesa, foi o caso do médico, poeta e posteriormente fundador da nação Dr. Antônio Agostinho Neto. A guerra de independência terminou em 1974, e ainda naquele ano, os movimentos nacionalistas se dirigiram a capital, Luanda e, segundo MENEZES (2000, p. 186) “...para preparar o

⁴ Este grupo só veio a se constituir como partido político em 1992.(MENEZES, 2000, p.103).

governo de transição e estabelecer as suas representações em todo o país”. Entre fins de 1974 e início janeiro de 1975, houve diversas discussões, entre as autoridades portuguesas e os movimentos nacionalistas, que resultaram na assinatura do Acordo de Alvor (em Portugal), o que possibilitou a determinação do governo provisório, que seria exercido por representantes dos três movimentos angolanos, notadamente, MPLA, FNLA e UNITA e representantes do governo português. No entanto, o período de transição, que foi de janeiro a novembro de 1975, foi marcado por hostilidades entre os três movimentos, pois ambos, almejavam o governo do território angolano, com o fim da transição. Desencadeou-se um confronto armado, entre o MPLA e os outros dois movimentos, que resultou na expulsão de membros da FNLA e UNITA da representação no governo de transição. Como resultado deste confronto armado, o território angolano, ficou dividido em grandes regiões, das quais na sua maioria, eram dominadas pelo MPLA (este até aquele momento tinha sob o domínio 12 províncias do total de 18), ficando as restantes, sob o domínio da UNITA e a FNLA.

Foi em 11 de novembro de 1975, que depois de quase 500 anos de jugo português, a Angola se tornou independente, em decorrência da vitória do movimento do MPLA.

Esta vitória decorreu em parte, pela fragilidade política que a metrópole portuguesa atravessava, por ter sofrido um golpe de Estado em 1974, o que contribuiu para queda do governo fascista em Portugal. O período pós-independência foi marcado por conflitos internos entre os movimentos de libertação, que perduraram até início da década de 90.

Após a independência, o país passou por profundas mudanças na estrutura administrativa e na economia. Tais mudanças decorreram da transição política acompanhada pela guerra, do êxodo dos colonos portugueses e da inadequação de políticas e gestão macroeconômica. (MENEZES, 2000)

Em 11 de novembro de 1975, após a transição para uma nação independente e soberana, a Angola foi proclamada pelo seu líder Máximo do MPLA, Dr. Antonio Agostinho Neto, como a “República Popular de Angola”.

2.2 PERÍODO SOCIALISTA

No período pós-independência, a Angola sofreu fortes influências de países socialistas, com a assinatura do tratado da Amizade e de Cooperação, com a União Soviética (URSS). Os principais líderes e intelectuais do MPLA, eram entusiastas dos ideais marxista-leninistas, e convergiram tais influências para a consolidação do Socialismo em Angola (1976-1991), e o MPLA, passou a ser MPLA-PT (Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido do Trabalho). Neste período o Estado passou a ser o centralizador da economia, por assumir o controle da maioria das empresas - que anteriormente eram geridas pelos europeus - e centralizar as decisões políticas de forma não democrática. Segundo MENEZES (2000, p.31) “...o planejamento econômico centralizado consiste em um instrumento típico de países socialistas.”

O Governo instaura, desde 1976, um regime que se diz marxista, num país onde não existe nem indústria nem proletariado, e passa à criação, no mesmo ano, de grandes fazendas do Estado, mas a ausência de um mercado livre no período tinha literalmente destruído os mecanismos de comercialização da produção. (KIALA, 2000, p. 20)⁵

Dentre os objetivos do novo Estado soberano, estavam a garantia da segurança nacional e a nacionalização das empresas portuguesas remanescentes. Ainda neste período, em 1976, com a assinatura do Acordo da Amizade e de Cooperação, houve um estreitamento das relações com a Cuba, e pelo acordo ter sido feito com a URSS, as relações se estenderam por todos os demais países socialistas, dentre os quais, faziam parte a Alemanha Oriental, Tchecoslováquia e Hungria. Estes países forneceram suporte ideológico e financeiro, e contribuíram para a formação de governo socialista monopartidário em Angola. (MENEZES, 2000, p. 211)

Durante todo o período socialista, a maioria das empresas existentes no país, havia sido estatizada. Este período foi caracterizado, segundo CALADO (1998, p. 58)

⁵ Ver o artigo de Perdo Kiala sobre o Diagnóstico Sócio-Demográfico de Angola-2000, p. 20.

“... pelo abandono de empresas portuguesas do setor privado, pela desarticulação do sistema de transportes, por insuficiências de mão de obra especializada e por políticas governamentais que priorizavam a defesa nacional deixando, portanto, o desenvolvimento econômico em segundo plano”.

A Angola herdou de Portugal, o comprometimento das suas reservas petrolíferas produzidas principalmente na província de Cabinda⁶, conhecida como “enclave do petróleo”⁷, situada ao Noroeste do país. O conjunto de empresas existentes nesta província, era composto majoritariamente por empresas internacionais, que pagavam impostos ao governo angolano pela produção obtida. Isto tornou o país, potencialmente vulnerável aos humores do mercado internacional. Após a independência em 1975, os vinte anos seguintes foram marcados por conflitos internos entre os chamados “grupos de libertação”, representados pelo MPLA, UNITA e a FNLA.

Durante o período pós-independência o país se viu dividido em três grandes regiões, uma seria a região Central ocupada pelo MPLA, outra seria a região do Sul ocupada pela UNITA e a terceira seria a região do Norte, ocupada pela FNLA. A representação desta divisão encontra-se na Figura 1.

⁶ Em todo período socialista (1976-1991), observou-se um conflito ideológico na estrutura da economia, pois um país notadamente socialista, apresentava um importante setor produtivo, eminentemente capitalista (o setor petrolífero). Isto despertava a atenção das nações capitalistas (sobretudo, os EUA), pois estes perceberam, que as atividades das suas empresas “off shore”, estariam potencialmente comprometidas, por tal regime.

⁷ Segundo MENEZES (2000, p. 34), “...parte da economia explorada por grandes empresas estrangeiras, pagando-se tributos ao Estado pelo volume de petróleo extraído”.

FIGURA 1 - DIVISÃO TERRITORIAL NO PERÍODO DA GUERRA



FONTE: Ministério do Planeamento, 2001.

Esta divisão regional aponta, numa primeira fase, a configuração do regionalismo⁸ no território angolano, e será visto mais adiante, que existe uma estreita relação destas divisões territoriais, com as diferenças étnicas e culturais.

Os três movimentos, tiveram respaldos internacionais, tanto de ordem econômica quanto política. Países como Cuba, Estados Unidos, África do Sul e Zaire⁹, respaldaram militar e financeiramente tais partidos.

⁸ Conceito criado por Ann Markusen (1981), e que enfatiza a importância do papel do estado, por este ser palco final, onde os conflitos entre os grupos de pessoas são resolvidos. Este tema será abordado no terceiro capítulo do trabalho.

O MPLA teve o apoio de Cuba, que desde 1975, enviava tropas cubanas ao território angolano, procurando fazer frente aos afrontes da oposição. A FLNA teve o Zaire como aliado, e este por sua vez, tinha as suas atenções voltadas para a região petrolífera situada no Noroeste do país. A FLNA, teve o seu percentual de participação política, diminuído no país. Embora estivesse consideravelmente representado na região do Norte de Angola, os seus militares eram pouco experientes e diante das perdas militares, o seu principal líder, Holden Roberto, exilou-se no país vizinho, Zaire.

A UNITA, teve o apoio de dois países, os Estados Unidos (EUA) e a África do Sul. A participação dos EUA, se resumiria na concessão de suporte financeiro aos grupos de guerrilheiros da UNITA, no apoio aos invasores sul-africanos e aos mercenários que estivessem dispostos a desestabilizar o regime socialista angolano.(MENEZES, 2000)

A parceria norte americana visava garantir a produção de petróleo das suas empresas (*off-shore*¹⁰), nas províncias angolanas. Dentre os objetivos da África do Sul estavam o de desestabilizar o regime socialista angolano, pois o avanço deste, poderia estimular a luta contra o Apartheid na África do Sul. Os objetivos secundários dos sul-africanos, seriam os de expandir o seu território, através de sucessivas invasões no Sul do país.

Em 1979 o fundador da nação Antônio Agostinho Neto, falece por motivos de doença e a presidência da república foi assumida pelo então ministro do planeamento, o engenheiro José Eduardo dos Santos.

⁹ O Zaire, é o país que faz fronteira ao Nordeste com Angola, e este país deve ser pronunciado como “zaíre”. Desde 1998, este país teve o seu nome alterado para República Popular do Congo.MENEZES(2000,p.92)

¹⁰ Segundo SANDRONI (1999, p. 42) “...este termo designa, qualquer organização financeira sediada fora dos Estados Unidos”.

2.3 TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE MERCADO.

O início dos anos 90, foi marcado por mudanças político-institucionais. Paralelamente no cenário internacional, o desmantelamento do Bloco Soviético ocorrido a partir de 1989, fragilizou o regime socialista, tanto em Angola quanto aos demais países socialistas, e contribuiu para um processo direcionado à democratização e ao capitalismo.

Em 1991 foram feitas as primeiras eleições multipartidárias da história de Angola, que terminou com a vitória de MPLA. Em 1992, foi proclamada a República de Angola, pelo presidente eleito, Jose Eduardo dos Santos.

A transição para a segunda república, resultou em mudanças que, “...consistiam num modelo de organização do Estado baseado na separação de funções e interdependência dos órgãos de soberania e num sistema semipresidencialista que reserva ao Presidente da República um papel ativo e atuante”. (Ministério do Planejamento, 2001, p. 25).

Neste período, o papel do Estado não era mais o de centralizador das atividades econômicas, com isso, teve-se um aumento da participação de empresas privadas no mercado.

A transição para uma economia de mercado, foi definida por ROCHA (2001, p. 59), como sendo:

...um processo que em sentido lato implica, essencialmente, a liberalização da atividade econômica, dos preços e do funcionamento dos mercados - garantia de que o remanejamento dos recursos se fará de acordo com o seu uso mais eficiente - o desenvolvimento de instrumentos indiretos de política macroeconômica de estabilização, a privatização do patrimônio empresarial do Estado como condições duma gestão eficiente de acordo com as regras de mercado, a imposição de restrições orçamentais rigorosas e a implementação dum quadro institucional e jurídico que garanta um Estado de direito, os direitos de propriedade e uma regulamentação transparente de acesso ao mercado.

No cenário econômico, a Angola passou por uma profunda crise econômica e financeira, em decorrência da redução dos preços do petróleo no final de 1986.

2.4 A CRISE DA DÉCADA DE 80

O petróleo, foi, é, e continuará sendo, uma das maiores fontes de riqueza da nação angolana. Em meados da década de 80 “...a indústria petrolífera contribuiu com aproximadamente 30% do PIB oficial, quase 53% das receitas totais governamentais e 95% das receitas de exportação”. (MENEZES, 2000)

Neste período, uma boa parte dos recursos advindos do petróleo, eram revertidos para as despesas militares, não gerando efeitos multiplicadores para o desenvolvimento econômico e social. Outro fator responsável pela crise interna, refere-se às receitas advindas do petróleo, pois estas, eram revertidas para a sustentar as taxas de câmbio reais valorizadas, contribuindo desta forma, para a vulnerabilidade do país aos humores dos mercados internacionais. (MENEZES, 2000, p. 283)

Esta crise incidiu negativamente na economia angolana, pois se associando ao choque de oferta (crise do petróleo), no cenário internacional, constatava-se a fragilização do bloco soviético, no contexto da guerra fria.

Estes fatores, contribuíram diretamente para que houvesse uma “inflexão econômica”¹¹ para uma economia de mercado, no país. Foi com o intuito de amenizar a crise, que o governo passou a adotar Programas de Austeridade em 1986.

O primeiro deles foi o Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF) em 1987. Adoção deste fez com que a economia sofresse uma mudança estrutural.

Essencialmente, este programa favorecia o empresariado nacional. Algumas empresas públicas foram privatizadas e houve uma maior autonomia das empresas estatais. A adoção do SEF, serviu como ponto de partida para a transição do país, para uma economia de mercado.

O programa SEF tinha como objetivos:

- a) reduzir o grau de centralização do planejamento e gestão econômica;

11 Segundo MENEZES (2000, p. 335) “... inflexão econômica deve ser entendida como “desvio”, “mudança de direção” ou “reorientação”(aquilo que representa certa tendência tem, num dado instante, o seu sentido alterado).

- b) controlar os desequilíbrios internos e externos;
 - c) resolver os problemas da dívida externa;
 - d) organizar e reestruturar o mercado financeiro e a gestão econômica.
- (MENEZES, 2000, p. 342)

Nos anos subseqüentes, notadamente, 1990 e 1991, foram adotados outros programas como, o Programa de Recuperação Econômica (PRE) e o Programa de Ação do Governo (PAG). Estes, seriam apenas uma extensão do SEF, com o diferencial de que se deveria dinamizar e fomentar as exportações nacionais, bem como, desvalorizar e posteriormente, introduzir uma nova moeda nacional (o novo Kwanza)¹². (MENEZES, 2000, p. 220-221)

Uma das saídas adotadas pelo governo, para amenizar os impactos da crise do petróleo, foi aumentar o seu endividamento externo. Surgiu daí a necessidade do país, recorrer aos organismos internacionais. Neste contexto, ressalta-se que a Angola ingressou, em 1989, como membro de algumas instituições internacionais, seriam elas, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, as Organizações das Nações Unidas (ONU)¹³ e outras organizações afiliadas. (CALADO, 1998, p. 58-59)

A Angola ingressou junto ao FMI, para atender as exigências dos credores internacionais, pois estes queriam que os empréstimos concedidos a este país, tivessem um aval daquela instituição (FMI), para o caso do país não conseguir saldar as suas dívidas. No caso do Banco Mundial, esperava-se que este, auxiliasse financeiramente a implantação de futuros projetos, principalmente nas áreas infraestruturais. Neste período houve uma diminuição da intervenção de Estado, o que provocou mudanças significativa nas atividades produtivas e comerciais do país. (MENEZES, 2000, p. 222)

12 A denominação de Kwanza à moeda nacional é alusivo ao rio Kwanza, importante rio com mais de 1.000 Km de extensão que liga a Capital, Luanda ao interior do país.

13 Em 1976 as Nações Unidas reconheceram o governo do MPLA como o legítimo representante de Angola, no entanto, não houve o mesmo reconhecimento por parte dos EUA e da África do Sul. A ONU passou a atuar em Angola desde os fins dos anos 80, adotando programas como, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF).

O período de transição para a economia de mercado pode ser caracterizado por:

- a) uma maior aproximação do país às instituições multilaterais de fomento;
- b) as autoridades angolanas receberam suporte técnico - dos representantes dos organismos internacionais (principalmente do FMI) - visando à incorporação de reformas econômicas.

2.5 OS ACORDOS DE PAZ

Foi a partir de 1991, que começaram as discussões sobre os processos de paz em Angola.

Um dos mais importantes foi o Acordo de Paz de Bicesse, que por mediação de Portugal, reuniu os partidos políticos, dos quais destacam-se (por sua maior representatividade política), o MPLA representado pelo Sr. Jose Eduardo dos Santos e o da oposição, UNITA, liderado por Jonas Savimbi.

As principais diretrizes do acordo previam:

- a) reconhecimento, pela UNITA, do Estado angolano, do presidente José Eduardo dos Santos e do governo angolano até as eleições gerais;
- b) o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, incluindo o direito de livre associação;
- c) a realização de eleições livres e justas para um novo governo(...), sob a fiscalização de observadores internacionais (...);
- d) a criação de um Exército Nacional, composto por forças do governo e da UNITA, a ser formado até a data das eleições;
- e) a instauração do cessar fogo em todo o território do país. (MENEZES, 2000, p. 345)

Vale ressaltar, que o movimento da FNLA vinha enfraquecendo politicamente devido à ausência do seu principal articulador, o Holden Roberto (exilado no exterior durante o período do socialismo, 1975-1991). Holden Roberto só voltaria para o território angolano, em 1992, onde se candidatou à presidência da república, nas eleições diretas.

Em 1992 foram feitas as primeiras eleições diretas democráticas e pluripartidárias, resultando na vitória do MPLA liderado por José Eduardo dos Santos. O período subsequente seria novamente marcado pela guerra civil, e desta vez, pelo motivo do partido da UNITA, liderado por Jonas Savimbi, suspeitar dos resultados eleitorais. O advento da guerra civil só sofreu uma interrupção, na ocasião em que propuseram o Acordo de Luzaka, na Zâmbia, no final de 1994.

Este acordo, contribuiu para a formação de um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), e este, estaria sob monitoramento do Conselho de Segurança da ONU¹⁴, através da Missão de Observação do Processo de Paz, que também contava, com a presença de mais de 7.000 soldados de seis países, sobretudo de 1.200 soldados brasileiros.¹⁵ Neste período, a UNITA ocupou quase 60% do território nacional, notadamente, as províncias do Huambo, Bié, Kwando Kubango, a parte Leste da província de Malange e a região dotada de diamantes, a província da Lunda Norte. Muitas das suas atividades de guerrilha, foram financiadas com os recursos advindos destas duas últimas províncias.

No entanto, as propostas do acordo não foram seguidas por parte da UNITA, o que resultou em mais conflitos, e desta vez, o cessar fogo só veio ao fim com a morte do líder máximo de UNITA, Jonas Savimbi, em 22 de fevereiro de 2002. Posteriormente, no dia 4 de abril de 2002, foi assinado o novo acordo de paz, proclamando oficialmente a paz em todo o território angolano.

Esta foi uma síntese dos três períodos considerados como “marcos” na história angolana. Em decorrência de tantas mudanças político-institucionais, o país sofreu graves repercussões sócio-econômicas, que se estenderam a todas as regiões angolanas.

14 Do qual a Angola teve o privilégio de presidir, nas negociações, dos atuais conflitos no Iraque em 2002.

15 Vale ressaltar que o Brasil foi o primeiro país americano a reconhecer a independência de Angola.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ABORDAGEM HINCO

Geralmente, para se realizar um estudo sobre planejamento, ou mesmo, uma análise de desenvolvimento regional, têm se a necessidade de conhecer preliminarmente a região, para só então determinar os tipos de ferramentas analíticas, bem como, as que fornecerão as informações mais relevantes para a análise de um local ou região.

O conjunto destas informações deve compor um compêndio estatístico regional.

Para BENDAVID (p. 30), um compêndio estatístico regional seria, "...um documento feito de tabelas estatísticas e que também seria acompanhado de diagramas, gráficos, mapas e textos explicativos (...), e deveria cobrir uma ampla variedade de temas importantes para um entendimento preliminar da natureza única da região".

O compêndio estatístico regional, quando devidamente completo, serve como uma importante fonte de informações, e seria essencial para a tomada de decisões, principalmente por parte de agências governamentais, na adoção dos programas de planejamento econômico e social, para as regiões.

O método de análise regional adotado neste trabalho será o do modelo HINCO.

Este modelo é formado, basicamente, por um compêndio organizado com base em rubricas analíticas, focalizando as mais diversas áreas ou temas, são elas a **H**umana, **I**nstitucional, **N**atural, **C**apital e **O**utros componentes do complexo regional. BENDAVID (p. 33). Neste modelo, o conjunto de informações necessárias para a descrição de algum tema, deve corresponder às rubricas analíticas que forem analisadas.

O quadro 1 ilustra a estrutura das tabelas que surgem em cada divisão de um compêndio organizado ao longo das linhas **HINCO**:

QUADRO 1 - COMPÊNDIO ORGANIZADO SOB A ÓTICA HINCO

Rubricas Analíticas	Tabela de Assuntos
Aspectos Humanos	Tamanho da população e os aspectos demográficos Educação Experiência profissional e habilidades Renda e salários Estrutura de consumo Emprego, desemprego participação da força de trabalho Saúde População Alojamento Produtividade Comutação Áreas de trabalho
Aspectos Institucionais	Governos regionais e locais Serviços sociais e municipais Proporção de trabalho para capital Barreiras dos negócios Instituições de negócios Coordenação institucional Participação institucional Organizações de comercio (negócios e trabalho) Cooperativas Características mistas das atividades econômicas
Aspectos Naturais	Estrutura do uso da terra Recursos minerais Tipos de solo Recursos hídricos Características topográficas Vantagens de recreação Características locacionais Lugares históricos Zonas ambientalmente sensíveis Zonas de perigo
Aspectos Capitais	Infraestrutura Potencial de uso da terra Transportes e comunicações Investimento publica Investimento privado Recursos de capitais externos Estruturas inutilizadas Tamanho da firmas Produto bruto Proporção da poupança Construção de capital publica
Outros aspectos	Planos de desenvolvimento e planejamento Áreas de comércio e negócios Relações especiais com outras áreas

FONTE: BENDAVID.

3.2 REGIÃO E ESPAÇOS ECONÔMICOS

Para se fazer uma análise regional deve-se reconhecer, a importância de se partir de alguns conceitos que foram amplamente discutidos por teóricos de várias correntes ideológicas.

CORAGGIO¹⁶ (1980), conceituou as regiões como sendo “...as áreas de homogeneidade territorial, definidos com base no domínio específico de uma ligação ou de um relacionamento similar”. A espacialidade social decorre de transformações na sociedade (...) os movimentos migratórios são uma decorrência, e eles indicam a estruturação de novos espaços econômicos. Isso pode ilustrar o fenômeno da migração interprovincial, independente de que ela seja por motivos sócio-econômicos ou por motivos de guerra, pois ela não passa de uma consequência natural das mudanças estruturais decorrentes de transformações na sociedade.

Já BOUDEVILLE (1972), citado por ROLIM, definiu a região como sendo, “uma superfície contínua, determinada por uma realidade humana e econômica ligada ao efeito de contigüidade”. Mas foi a conceituação e caracterização de espaços econômicos que renderam a este autor a devida importância. Segundo BOUDEVILLE (1972) “Espaço Econômico é ao mesmo tempo geográfico e matemático, e onde as relações técnicas e de comportamento humano são geograficamente determinadas”. É também, “...o espaço das relações existentes entre o conjunto das atividades econômicas e o conjunto dos lugares”.¹⁷

Mudando para uma abordagem marxista, temos a Ann Markusen, que desenvolveu importantes conceitos, para analisar o regionalismo no Estados Unidos. Em seu primeiro artigo (1981), a autora não dá um conceito para região, pois na sua opinião, sob o contexto marxista, esta não seria uma categoria de análise. O enfoque marxista se limitaria às categorias que estivessem relacionadas com as hostilidades existentes entre grupos de pessoas.

¹⁶ Citado por ROLIM, no artigo **Espaço e Região: um Retorno aos Conceitos Originais**. Texto para discussão nº 80, para o curso de mestrado em economia Fortaleza: CME.CAEN-UFC, 1998.

¹⁷ Idem.

MARKUSEN (1987)¹⁸, ao longo do seu discurso, não define região, mas sim, o regionalismo. Neste contexto, a autora enfatiza a importância do papel do Estado, pois ele “...pode ser visto como o palco final onde se resolvem os conflitos entre os grupos e por ser uma instituição com limites geográficos bem caracterizados”. Diante disso, a autora define o conceito de Regionalismo como sendo “...uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado” (MARKUSEN, citado por ROLIM¹⁹). Deve-se considerar ainda, que dentro do grupo de pessoas de uma região, inevitavelmente surgirão características heterogêneas entre elas. Por isso, MARKUSEN²⁰, citado por ROLIM também afirma que “...A natureza territorial de uma luta regional aparece na prática de alguma diferenciação anterior entre a população nessa região e em outras regiões. A diferenciação pode resultar de várias diferenças econômicas e culturais, ou mesmo de diferenças no tratamento puramente político.” No entanto, o que caracteriza a determinação do regionalismo, é a vinculação e a identificação do grupo a um território.

A região só foi conceituada mais tarde, em sua obra de 1987. Nela, MARKUSEN, conceitua a região como sendo “...uma sociedade determinada historicamente, territorialmente contígua, que possui um ambiente físico, um ambiente sócio-econômico, político e cultural e uma estrutura espacial diferenciada de outras regiões e de outras unidades territoriais maiores, cidades e nações.”²¹

Se por um lado a existência de diferenciação, especialmente a econômica, é a base do regionalismo, por outro a sua conscientização e o posicionamento decorrente dos moradores da região consiste na sua essência. As diferenças culturais (cultura no sentido amplo dentro da perspectiva de memória coletiva comum), são responsáveis por grande parte da explicação das diferenças de reação aos eventos em cada região. Mesmo não sendo determinante para a

¹⁸ MARKUSEN, A. **Regions: The Economics and Politics of Territory**. N. Jersey: Rowman & Littlefield Publishers, 1987. p. 16-17.

¹⁹ MARKUSEN, A. Regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço & Debates**, n. 2. Maio, 1981. p. 83.

²⁰ Idem. p. 84.

²¹ MARKUSEN, A. **Regions: The Economics and Politics of Territory**. N. Jersey: Rowman & Littlefield Publishers, 1987. p. 16-17.

existência de antagonismos entre as regiões, ela pode potencializa-los, especialmente se houverem episódios de opressão no passado.” (ROLIM, 2002, p. 8)

No caso angolano, as diferenças culturais e étnicas, assumem um importante papel quando, nos referimos às origens dos conflitos políticos e étnicos. Com o auxílio dos conceitos supracitados poderemos, analisar o papel do estado na economia angolana, através das políticas administrativas adotadas a favor desenvolvimento econômico e de diversos setores das províncias em Angola.

A abordagem de MARKUSEN²², faz-se importante, pois o seu conceito de regionalismo, nos auxilia a entender que as características heterogêneas existentes entre as populações de diferentes regiões, servem como tônica, para o aumento das desigualdades entre a mesmas. Diante disto, a autora enfatiza que “...o que caracteriza a determinação do regionalismo, é a vinculação e a identificação de grupo a um território”. Este é o caso de divisão regional que houve entre os grandes grupos etno-linguísticos no passado e que perduram até hoje. Neste contexto, se destacavam os ovimbundos, que compõem quase 36% da população do país, e que se localizavam na região central do país, notadamente nas províncias do Bié, Benguela e Huambo; outro grupo seria o dos quimbundos, e estes eram compostos por mais de 20% da população, e se localizam na região acima do rio Cuanza (que corta a província de Luanda), que abrange as províncias de Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Uíge e Malange; e o outro grupo seria o dos bacongos, que envolvia quase 15% da população, e estava localizado no Norte do país, nas províncias de Cabinda e Zaire.²³

²² MARKUSEN, A. Regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço & Debates**, n. 2. Maio, 1981. p. 83.

²³ Este assunto será abordado na seção 4.1

4 CARACTERIZAÇÃO DE ANGOLA

4.1 COMPOSIÇÃO ÉTNO-LINGUÍSTICA

Durante a chegada dos portugueses ao território angolano, em 1482, constatou-se que o mesmo era habitado por povos bosquímanos²⁴, e estes foram perdendo espaço para os povos bantos com quem disputavam o território angolano. Atualmente a população angolana é majoritariamente de origem banto.

A população angolana é composta atualmente por mais de 100 grupos etno-linguísticos de origem banto, e podem ser aglutinados em 9 grandes grupos, seriam eles os ambós, bacongos, hereros, lunda-tchokué, nganguelas, nhanecas-humbes, ovimbundos, quimbundos e xindongas.

Dentro destes grupos destacam-se os ovimbundos que compõem quase 36% da população total do país e que têm como dialeto o umbundo. Este grupo étnico reside na parte ocidental de Angola, mais precisamente nas províncias do Bié, Huambo e Benguela. O Segundo grande grupo é representado pelos quimbundos, e estes compõem quase 20% da população e têm como dialeto o quimbundo. Este grupo é formado de 12 subgrupos que são compostos por povos ambundos, luandas, hungos, zuangos, ntendos, punas, dembos, ngolas, bondos, bangalas quissamas e quibalas. De fato, o grupo dos quimbundos merece uma certa atenção, pois foi o grupo que mais assimilou as influências dos colonizadores europeus, e que também se mostrou mais relutante ao colonialismo português. Os demais grupos comporiam o resto da população, nos quais teríamos os bantos, compondo em 15%, os lunda-tchókues com 10% e o restante compondo pequenos focos populacionais distribuídos em todo o território²⁵.

²⁴ Povos, compostos por caçadores e de cor acastanhada.

²⁵ Solival Menezes - Mamma Angola (2000, p.101 a 105).

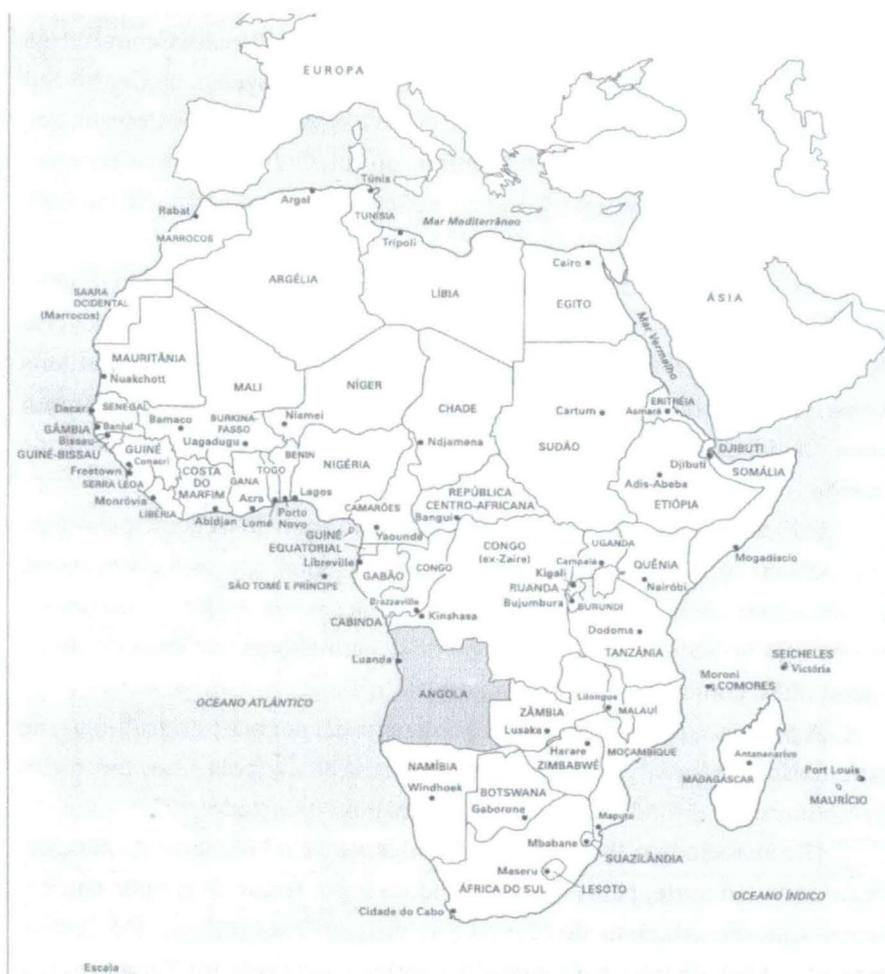
O idioma oficial de Angola é o português e a religião predominante é o cristianismo, cerca de 70,1% da população é dividida entre católicos e protestantes e as religiões tribais representam 29,9% do restante da população.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DE ANGOLA SOB A ÓTICA HINCO

Para fazer a caracterização da República de Angola, usaremos a abordagem HINCO, onde serão analisadas determinadas regiões do país, seguindo-se as rubricas analíticas descritas na seção anterior. Estas rubricas analíticas quando agregadas devem refletir a região como um todo.

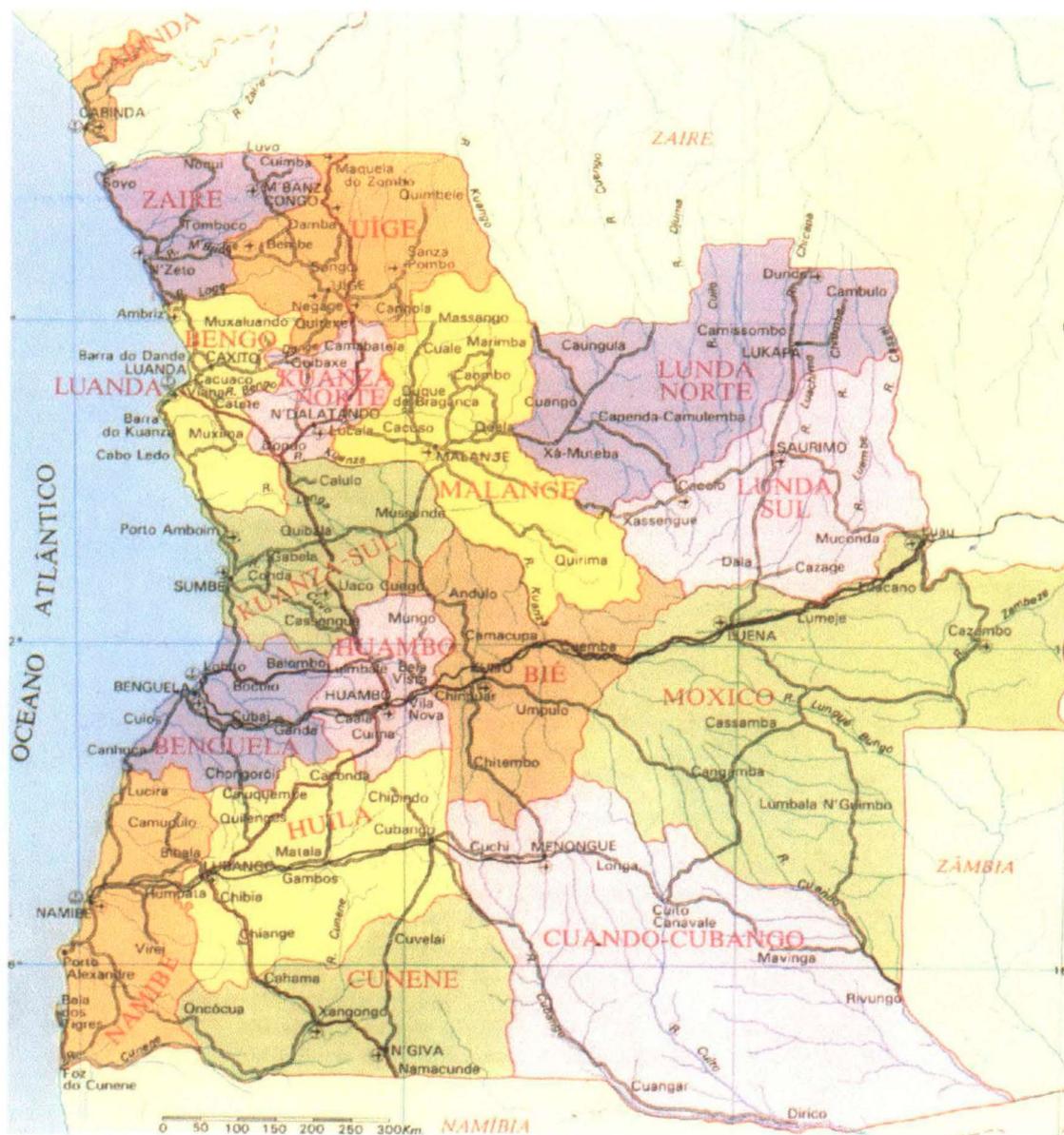
Antes de caracterizar as regiões angolanas, será feita uma descrição do país em si.

FIGURA 2 - MAPA - ANGOLA E O CONTINENTE AFRICANO



FONTE: MENEZES (2000, p. 93)

FIGURA 3 - MAPA DE ANGOLA



FONTE: Ministério de Planeamento da República de Angola (2001, p. 10).

Angola é um país com uma extensão territorial de cerca de 1.246.700 quilômetros quadrados e com uma costa atlântica de 1650 quilômetros, conferindo-lhe o título de quinto país de maior dimensão da África Sub-Sahariana. O país, faz

fronteira com o Congo, Zaire²⁶, Zâmbia e a Namíbia, totalizando em uma extensão territorial de 4837 quilômetros de fronteira. A capital administrativa é a província de Luanda, localizada ao Oeste do país, na costa Atlântica.

A origem etimológica do nome Angola, é oriunda do nome do rei do antigo Reino Ndondo do século XVII, denominado de rei Ngola.

A divisão político-administrativa, é compreendida por 18 províncias e 163 municípios. Atualmente a população angolana está estimada em aproximadamente 14.658.000 habitantes (estimativa do Relatório Econômico de Angola para 2003).²⁷

TABELA 1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E A DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL EM ANGOLA

Províncias	Área/Km ²	Em %*	População**	Em %***
Benguela	39.823	3,19	1.614.883	11,06
Huíla	79.022	6,34	1.225.004	8,39
Huambo	35.771,15	2,87	1.598.734	10,95
Bengo	41.000	3,29	384.111	2,63
Kwanza Norte	20.000	1,60	403.721	2,76
Kwanza Sul	58.698	4,71	807.441	5,53
Luanda	2.257	0,18	2.824.891	19,35
Cabinda	7.270	0,58	207.628	1,42
Moxico	202.023	16,20	387.572	2,65
Malange	98.302	7,88	855.888	5,86
Uíge	58.698	4,71	986.232	6,75
Lunda Norte	103.760	8,32	403.721	2,76
Lunda Sul	77.637	6,23	451.014	3,09
Namibe	57.091	4,58	275.684	1,89
Bié	70.314	5,64	1.095.813	7,50
Kunene	77.213	6,19	406.028	2,78
Zaire	40.130	3,22	288.372	1,97
Kwando				
Kubango	199.335	15,99	385.265	2,64
Total	1.246.700	100,00	14.602.002	100

FONTE: Ministério do Planeamento – 2001.

²⁶ Atualmente este país teve seu nome alterado para República Popular do Congo. (MENEZES, 2000, p.92)

²⁷ Ver em Relatório Econômico de Angola, da Universidade Católica de Angola - UCAN – (2003, p. 53).

* Percentual da superfície das províncias em km², em relação à área total do território nacional.

**População estimada de 2000

*** Percentual da população residente por província.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA DE ANGOLA

A economia angolana apresenta profundas assimetrias, no que concerne às atividades setoriais. A abundância em recursos naturais e minerais, contribuiu para que o país apresentasse um certo dinamismo em diferentes setores.

Após a independência política em 1975, assistiu-se em Angola, um processo de desindustrialização, que foi caracterizado, pelo abandono dos portugueses (mão de obra qualificada) dos setores mais dinâmicos da economia, e pela má gestão por parte dos empresários nacionais. Isto foi associado à destruição das infraestruturas produtivas na ocasião da guerra (esta que foi de 1975 a 2002) e a adoção de políticas, por parte do governo, que priorizavam a manutenção de segurança nacional.

A tabela a seguir demonstra a estrutura das atividades econômicas ao longo da década de 90.

**TABELA 2 - ESTRUTURA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA DÉCADA DE 90
(EM %)**

Anos	Agri.Silv. Pesc.*	Petróleo	Diamantes	Indústria	Energia	Construção	Comércio	Serviços
1989	10,8	54,7	-	3,5	0,25	2,2	4,6	0
1990	10,3	55,7	-	3,2	0,22	2,2	4,4	0
1991	12	46,7	1,4	3,65	0,16	3,7	10,3	8,35
1992	13,7	37,7	2,8	4,1	0,1	5,2	16,2	16,7
1993	11,1	42,6	0,5	5,2	0,1	4,3	19,4	13,8
1994	6,2	58,1	1,2	6,7	0	3,2	17,1	6,2
1995	7,8	56	1,1	7,2	0	3,4	16,6	6,9
1996	7,5	59,3	0,6	6,8	0	3,2	14,8	7,1
1997	9,5	48,3	3,8	4,4	0	4,1	16,2	11,3
1998	12,3	32,9	7,3	5,7	0,1	5,5	20,7	13,9
1999	6,7	55,7	7,5	3,6	0	3,7	13,1	7,8

2000	5,3	61,7	7,9	2,9	0	3	10,6	6,3
Total	9,4333	50,783	3,41	4,745833	0,0775	3,64166	13,666	8,1958

FONTE: Ministério do Planeamento – 2001.

* Refere-se aos setores: agrícola, silvícola e pesqueiro, respectivamente.

Obs: o total é a média do período.

No início dos anos 90, assistiu-se a reorientação da economia para uma economia de mercado, vemos que alguns setores passaram a apresentar um maior dinamismo. É o caso do comércio, que logo após da implantação dos programas de Austeridade PRE e PAG, adotados em 1990 e 1991 (vide seção 2.4), deu um salto significativo na sua participação das atividades econômicas.

Se analisarmos os dados referentes na tabela 2, podemos ver que o setor diamantífero no início da década de noventa, não apresentava números significativos, pois dadas às limitações impostas pela falta de tecnologia para a extração diamantífera da época, tinham-se as instabilidades geradas pelos sucessivos conflitos de guerra.

A região diamantífera foi ocupada pela UNITA, onde na ocasião, auferiram de riquezas que tinham por finalidade, financiar as despesas de guerra, tais como a compra de armas, tanques, minas terrestres e etc. A principal região produtora de diamantes do país é a do Nordeste, onde se encontram as províncias da Lunda Norte e Lunda Sul e as províncias do Moxico e Malange, estas duas últimas assumindo o terceiro e quarto lugar, respectivamente, apresentando níveis produtivos mais modestos.

Ainda com base na tabela 2, percebe-se claramente o peso do setor petrolífero na economia angolana. Este é responsável por mais da metade de toda a produção de bens e serviços produzidos internamente, deixando atividades mercantis e as da agricultura, pesca e silvicultura, respectivamente, com o segundo e terceiro lugar na composição do Produto Interno Bruto (PIB), como veremos na tabela a seguir:

TABELA 3 - ESTRUTURA DAS ATIVIDADES SETORIAIS EM TERMOS DO PIB
(%)

	1998	2000	2002
Agricultura, Silvicultura e Pescas	13,01	5,74	9,18

Petróleo bruto e gás	37,84	60,84	49,48
Diamantes e outras	5,35	6,49	6,26
Indústria transformadora	6,31	2,93	4,28
Energia e água	0,07	0,03	0,04
Construção	6,15	2,76	3,99
Serviços mercantis	19,32	14,46	16,13
Serviços não mercantis	10,55	6,71	10,57
Pib a preços de mercado*	98,60	99,96	99,93

FONTE: Relatório Econômico de Angola 2002-UCAN, p. 39.

* Produto Interno Bruto a preços de mercado.²⁸

Obs: Devido à não consideração dos produtos que compõem a pauta de importação /exportação, a soma das colunas não totalizará os 100%.

Em termos percentuais, temos que a participação do setor petrolífero na estrutura do PIB passou de 37.8% em 1998, para 60.8% em 2000, indicando um expressivo acréscimo na produção do mineral, no entanto esta ascensão não se manteve sustentável por muito tempo, vindo a decrescer para 49,48 % em 2002.

Os serviços mercantis, não acompanharam a mesma dinâmica do setor petrolífero, no entanto a sua participação no final da década de 90, pode ser vista pelo decréscimo de 19,32% em 1998 para 16.13 % em 2000.

Na tabela abaixo, está representada a estrutura das contas nacionais, porém com valores considerados em milhões dólares norte-americanos, correntes.

TABELA 4 - ESTRUTURA DAS CONTAS NACIONAIS (EM MIL USD CORRENTES)

Período	1998	2000	2002
Agricultura, silvicultura e pescas	673.914,5	519.205,2	932.580,2
Petróleo bruto e gás	3.585.765,0	5.505.579,0	5.025.128,8
Diamantes e outras	326.559,8	587.200,4	635.635,1
Indústria transformadora	327.777,8	264.905,2	434.966,6
Energia e água	3.534,2	2.731,9	4.489,6
Construção	304.888,9	250.156,8	405.483,6
Serviços mercantis	1.207.338,0	1.308.328,0	1.638.315,3

²⁸ Segundo FROYEN (1999, p31) "...pib a preços de mercado é o valor de todos os bens e serviços finais produzidos nacionalmente (...) determinados pela métrica dos preços vigentes no mercado".

Serviços não mercantis	879.508,5	607.264,4	1.073.353,6
Pib a preços de mercado*	7.309.286,7	9.045.370,9	10.149.952,8

FONTE: Ministério do Planeamento e Relatório Económico de Angola - UCAN, 2003, pp.42.

* Produto Interno Bruto a preços de mercado.

Podemos ver a participação crescente da extração de diamantes, que atualmente e depois da ocupação por parte do governo do MPLA, ocupa hoje a quinta maior atividade no mercado interno.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DAS PROVÍNCIAS ANGOLANAS

Na próxima seção serão analisadas somente as províncias que, possuem um certo grau de importância econômica e social, contribuindo desta forma, para o alcance dos objetivos deste trabalho, deve-se ressaltar que a caracterização das demais províncias, demandaria material e dados precisos, que atualmente, não estão disponíveis para maioria delas.

Do total das 18 províncias angolanas, serão analisadas apenas 8, são elas Luanda, Benguela, Bengo, Huíla, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Huambo e Cabinda.

Devido à indisponibilidade de dados, a caracterização das províncias, procurará seguir, dentro do possível, a versão do compêndio de informações HINCO, abordada na seção 3.2.

As províncias que serão caracterizadas a seguir, foram escolhidas por apresentarem um bom quadro infraestrutural - no que se refere as infraestruturas produtivas, sanitárias, educacionais e etc - quando relacionadas às demais províncias do resto do país. Outra justificativa, concerne ao fato de tais províncias abrigarem, em conjunto, aproximadamente 60 % da população total do país e representarem apenas 23% do total do território nacional.

Com efeito, as regiões com esta expressiva concentração populacional e onde também se concentram as principais atividades econômicas, são as que, supostamente, apresentam fortes indicativos da existência de novos espaços econômicos no país.

4.4.1 Província do Bengo

A província do Bengo está localizada, ao Noroeste do país, banhada pela costa Atlântica. A província faz fronteira ao Norte com a província do Zaire, ao Nordeste e Leste, respectivamente, com as províncias do Uíge e Kwanza Norte e ao Oeste com a capital do país, Luanda.

A província possui uma superfície terrestre de 41.000 quilômetros quadrados, correspondendo a 3,29 % do total do território angolano. A capital é Caxito e a sua

divisão administrativa está centrada em 8 municípios e a sua população está estimada em aproximadamente 500 mil habitantes²⁹.

TABELA 5 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA – PROVÍNCIA DO BENGU

Município	Superfície Km²	População Estimada*	Em %**
Caxito	6.529	90.109	18,02
Ambriz	4.204	18.035	3,61
Catete	3.819	63.875	12,78
Muxima	12.046	32.470	6,49
Muxaluando	5.604	120.336	24,07
Quibaxe	2.444	63.955	12,79
Pango	2.754	49.597	9,92
Bula	3.604	61.582	12,32
Total	41.000	499.959	100,00

FONTE: República de Angola - Programas Provinciais de Melhoramentos Provinciais e Aumento de Serviços Básicos às Populações – 2003.

* População total da província (dados de 2003).

** Percentual do total da população.

Atualmente, a província apresenta um quadro infra-estrutural parcialmente degradado, em áreas que seriam cruciais para desenvolvimento econômico e social.

Tais degradações incidem em setores importantes para a manutenção das atividades produtivas, econômicas e sociais, são elas: as vias de comunicação, energia elétrica, ensino de suporte e insuficiência de profissionais na administração pública.

Quanto às atividades econômicas destacam-se agricultura (com cultivo de milho, mandioca), a pesca artesanal, a indústria (fábrica de refrigerantes da Coca-Cola, indústria extrativa de gesso e fosfato) e principalmente o turismo, onde se encontra um Parque Nacional, que abrange uma extensão territorial de três municípios.

Existem poucas instituições financeiras nesta província, atualmente só existem dois bancos comerciais, o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Banco Sol, ambos na capital, Caxito.

²⁹ Programas Provinciais de Melhoramento e Aumento de Serviços Básicos - Biênio 2003-2004-p.24

Sob o aspecto social, não se poderia deixar de mencionar o impacto da guerra civil, pois esta foi a principal responsável pela deterioração da infra-estrutura de base do país. Naturalmente os seus efeitos se fizeram sentir na população onde as condições de vida, já precárias, pioraram dramaticamente. As estruturas de ensino, saúde e saneamento básico, não atendem as expectativas da população desta província. A infra-estrutura de comunicação rodoviária (pontes e estradas) está atualmente degradada, o que impõe sérias restrições, nas relações comerciais e nos fluxos sociais inter provinciais.

4.4.2 Província da Huíla

A Huíla é uma província situada ao Sudeste de Angola, e faz fronteira ao Norte com as províncias do Huambo e Benguela, ao Sul com a província do Cunene, ao Leste com Bié e Kwando Kubango e ao Oeste com a província de Namibe. A província possui uma extensão territorial de 79.022 quilômetros quadrados, correspondendo a 6.34% do total do território nacional. A população desta província está estimada em cerca de 2.609,486 habitantes.

TABELA 6 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA – PROVÍNCIA DE HUÍLA

Município	Superfície Km ²	População Estimada*	Em %**
Lubango	-	1.010.980	38,7
Jamba	-	72.785	2,8
Matala	-	172.658	6,6
Caconda	-	142.328	5,5
Caluquembe	-	204.772	7,8
Chicomba	-	203.209	7,8
Quilengues	-	44.081	1,7
Gambos	-	151.375	5,8
Quipungo	-	208.000	8,0
Chibia	-	133.701	5,1
Caçula	-	65.000	2,5
Cuvango	-	77.767	3,0
Humpata	-	65.125	2,5
Chipindo	-	57.705	2,2
Total	79.022	2.609.486	100,00

Fonte: República de Angola-Programas Provinciais de Melhoramentos Provinciais e Aumento de Serviços Básicos às Populações-2003.

* População estimada de 2002.

** Percentual da população estimada.

A capital é o Lubango, e a sua divisão administrativa é composta por 14 municípios. As principais atividades econômicas desta província, estão centradas na agricultura e na indústria. A escolha por esta província, se fez por esta apresentar um quadro infraestrutural, bastante favorável, se comparado à média nacional.

O setor agrícola, ainda é o tradicional³⁰, e é representado por um setor privado e um setor representado por um grupo de famílias, e ambos estão dedicados na produção de milho, mandioca, batata doce, feijão, banana, café, algodão, cana de açúcar, laranja e limão.

A indústria, por muito tempo, apresentou degradações, tanto por falta de equipamentos e mão de obra qualificada, quanto por falta de infraestrutura e de

³⁰ Setor composto por associações de camponeses, sua produção é voltada para a subsistência.

espírito empresarial por parte dos seus gestores. Foi a partir de 1999, que o setor industrial, nesta província, passou a dar sinais de vida.

Empresas como a Coca Cola, fábricas de madeira, fábricas de zinco e de granito, dinamizaram as atividades econômicas naquela região, absorvendo grande parte da população, promovendo o emprego e gerando renda

Esta província possui características paisagísticas naturais, que lhe conferem um setor turístico bastante promissor. Seriam eles, a Cascata de Hungueria, a Serra da Tundavala, a Serra da Leba , as grutas de Ondimba e o Parque de Bicuar.

O setor bancário é representado pelos seguintes bancos: Banco Nacional de Angola (BNA), Banco de Poupança e Crédito (BPC), o Banco de Comércio e Indústria (BCI) e o Banco Africano de Investimento (BAI).

Atualmente, ainda há uma parcela da população que não têm acesso às redes bancárias, seja por falta de recursos financeiros, seja pelas limitações impostas pela inflação e pela desvalorização da moeda nacional o que, de certa forma, desestimula os agentes econômicos.

No que concerne a infraestrutura básica, esta província, ao contrário das outras, apresenta um bom quadro infraestrutural, principalmente na rede rodoviária.

A rede rodoviária é servida de mais de 883,3 quilômetros de estradas asfaltadas e 3.983,7 quilômetros quadrados de estradas secundárias que permitem uma integração regional, com o resto do país. Os serviços de transporte são feitos majoritariamente por empresas privadas, e estas se encarregam pelo o transporte interurbano de cargas e de passageiros.

Já no aspecto social, temos um quadro razoável. Existe uma infraestrutura de ensino, que abrange desde o 1º grau até ao ensino superior, neste representado pela Universidade Pública do Lubango. No entanto, estes estabelecimentos de ensino, não estão distribuídos de forma homogênea na província.

Sob a ótica da saúde, o quadro infraestrutural está muito degradado. A rede hospitalar, não atende às exigências da população. Em toda província só existem 8 hospitais, 18 centros de saúde e 70 postos de saúde. Estatísticas, como de 1 médico

para cada 65 mil habitantes revelam o nível de degradação e má qualidade dos serviços de saúde nesta província³¹.

4.4.3 Província do Kwanza Norte

A província do Kwanza Norte está localizada na região Centro Norte do país e possui uma extensão territorial de 20.000 quilômetros quadrados, correspondendo a 1,6 % da área total do território angolano. A população está estimada em aproximadamente 330 mil habitantes, dos quais 34% destes, residem no meio rural, e 66 % habitam na região urbana.³²

A capital é Ndalatando e quanto a sua divisão administrativa, temos que é composta por 10 municípios, senão vejamos:

TABELA 7 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA – PROVÍNCIA DO KWANZA NORTE

Município	Superfície Km ²	População Estimada*	Em %**
Cazengo	1.793	102.112	31,0
Lucala	1.718	10.791	3,3
Golungo Alto	1.989	28.643	8,7
Cambambe	5.212	57.968	17,6
Ambaca	3.080	55.432	16,8
Quiculungo	475	17.915	5,4
Bolongongo	1.061	17.210	5,2
Banga	1.260	8.000	2,4
Samba Caju	2.012	14.551	4,4
Gonguembo	1.400	16.679	5,1
Total	20.000	329.301	100,00

FONTE: República de Angola-Programas Provinciais de Melhoramentos Provinciais e Aumento de Serviços Básicos às Populações-2003.

* População estimada de 2001.

** Percentual da população estimada.

³¹ Programas Provinciais de Melhoramento e Aumento de Serviços Básicos. (2003-2004, p. 24). Conselho de Ministros.

³² Deveu-se em parte pelo aumento dos fluxos migratórios decorrentes da guerra civil.

Sob o ponto de vista econômico, as atividades setoriais desta província são:

- a) A agricultura: Dedicando-se à cultura de café, mandioca, milho, feijão e etc.;
- b) Pesca artesanal: Esta atividade é praticada no Sul da província, e por não haver um número suficiente de órgãos fiscalizadores, este setor é essencialmente informal e está mais voltado para a comercialização no mercado interno;
- c) Recursos minerais: Esta província é bem dotada de recursos minerais (o ouro, diamantes, ferro, manganês, mármore, níquel, quartzo, zinco e cal);
- d) A indústria: O parque industrial está essencialmente localizado no município de Cambambe, e é composto por diversos segmentos produtivos, tais como pela fábrica de cerveja (EKA), indústria têxtil (SATEC), fábrica de farinha Láctea (BANANGOL);
- e) Comércio: As atividades comerciais se estendem por toda a província. Existe apenas um (1) supermercado em toda província, nove (9) armazéns, 383 lojas e 34 cantinas. Atualmente o setor informal é composto por uma boa parcela da população, cerca de 2100 vendedores, sendo que destes, 1710 atuam nos mercados e 390 nas “Kandongas”³³.

No que concerne a infraestrutura de estradas e pontes, esta província apresenta um quadro bastante favorável, pois possui estradas que a liga às principais cidades, notadamente, Ndonga, Ndalatando, Uíge, Lucala e outras.

Existem dois eixos que permitem a comunicação como Norte e o Leste do país.

Uma boa parte das pontes foram destruídas pela guerra, o que dificultou a comunicação com a costa litorânea e o interior do país.

O setor de transportes, está parcialmente degradado, pois quase 350 quilômetros de estrada de ferro se encontram desativados, o que compromete a

³³ Termo utilizado para a ocasião, em que os indivíduos que compram produtos importados (ou obtendo-os em desvios do mercado oficial) com a finalidade de vender-los nos mercados locais.(MENEZES, 2000, p. 353).

comunicação com o porto de Luanda, bem como, com as províncias do Bengo e Malange. Na província existe, também um pequeno aeródromo, que permite o tráfego de aviões de pequeno e médio porte.

No que se refere ao sistema financeiro e bancário, existem apenas dois bancos na província, seriam o Banco de Poupança e Crédito (BCP) e o Banco de Comércio e Indústria (BCI), situados nas cidades do Dondo e Ndalatando (capital), respectivamente.

4.4.4 Província do Kwanza-Sul

A província do Kwanza Sul têm uma extensão territorial de 58.698 quilômetros quadrados e localiza-se ao litoral centro oeste, representando 4.7% do território nacional.

Esta província faz fronteira a Norte e Nordeste pelos rios Longa e Kwanza com as províncias do Bengo, Kwanza Norte e Malange, ao Sul com Benguela, ao Sudeste com Bié e Huambo e ao Oeste faz costa com Oceano Atlântico.

A capital é o Sumbe, e sua divisão administrativa é de 12 municípios, são eles:

TABELA 8 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA – PROVÍNCIA DO KWANZA SUL

Município	Superfície Km ²	População Estimada*	Em %**
Sumbe	3.890	26.645	6,6
Amboim	1.730	27.453	6,8
Quilenda	1.604	14.130	3,5
P. Amboim	3.646	35.123	8,7
Libolo	9.000	18.571	4,6
Quibala	10.253	52.080	12,9
Seles	3.101	51.676	12,8
Conda	1.710	14.130	3,5
Cassongue	6.500	20.993	5,2
Cela	5.525	108.197	26,8
Ebo	2.191	21.397	5,3
Mussende	9.548	12.919	3,2
Total	58.698	403.721	100,00

FONTE: República de Angola-Programas Provinciais de Melhoramentos Provinciais e Aumento de Serviços Básicos às Populações-2003.

* População estimada de 2003.

** Percentual da população.

A população está estimada em 403.721 habitantes, esta por sua vez, está mais concentrada no município de Cela com 108.197 habitantes.³⁴

Sob o ponto de vista da saúde, temos que esta província apresenta um quadro estrutural debilitado, por não haver uma cobertura sanitária que atenda às exigências da população, deixando-a exposta às doenças endêmicas³⁵.

Esta província apresenta também degradações nas áreas de saneamento básico e habitação. Ambas não atendem as necessidades básicas da população.

A província apresenta uma boa infraestrutura de pontes e estradas que permitem um fluxo contínuo para o litoral e a região central do país. Existe uma linha férrea com mais de 123 quilômetros que também permite ligação com o litoral, permitindo o escoamento de commodities agrícolas provenientes do interior da região. (PROGRAMAS, 2003, p. 213).

As atividades econômicas e produtivas desta província podem ser caracterizadas pelas atividades:

- a) Agrícolas: Onde se destacam as culturas de milho, feijão, mandioca, banana, abacaxi e café³⁶;
- b) Pesqueira: Por se tratar de uma província litorânea, a atividade pesqueira assume o segundo lugar em termos importância econômica. A província é dotada de crustáceos como camarões, lagostas e ostras, e de peixes como cactusso e bagre. Todos eles voltados para o consumo interno e externo;
- c) Indústria: O ramo industrial é representado pelas empresas de bebidas, dentre as quais, destaca-se a BEBA, empresa de maior representatividade

³⁴ Programas Provinciais de Melhoramento e Aumento de Serviços Básicos - Biênio 2003-2004-pg.208 (Conselho de Ministros).

³⁵ Tais como, malária , sarampo e doenças respiratórias.(PROGRAMAS, 2003, p. 211)

³⁶ O cultivo do café teve maior importância econômica no período colonial. Atualmente e devido à redução do seu preço no mercado internacional, a cultura do café vem sendo gradualmente substituída por outras culturas alimentares.

econômica na província. Atualmente existem dois grandes projetos referentes a criação de fábricas de álcool e de cerâmica.

Destaca-se também o setor de construção civil, que têm apresentado um crescimento expressivo. Para um país, com tantas degradações infraestruturais como Angola, este é um setor, que não pode ser desprezado.

No que se refere ao sistema financeiro e bancário, pode-se dizer que a província apresenta um quadro favorável. No entanto, somente os municípios do litoral estão servidos de agências bancárias, o que compromete a circulação monetária no interior da província, comprometendo as atividades agrícolas, comerciais, industriais e as concessões de micro-créditos às mulheres³⁷ e as populações desfavorecidas.³⁸

4.4.5 Província do Huambo

A província do Huambo localiza-se na região Centro-Oeste e faz fronteira com as províncias do Bié, ao Nordeste e Leste, com a província da Huíla ao Sul, com Benguela ao Oeste e com Kwanza Sul ao Noroeste. A província do Huambo, possui uma extensão territorial de 35.771,15 quilômetros quadrados , representando 2.87% do total do território angolano. A sua população está estimada em aproximadamente 2.117.206 habitantes e tem como a capital, a cidade do Huambo.

³⁷ YUNUS, M e JOLIS, A. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Ática, 2002., p. 115.

³⁸ Programas Provinciais de Melhoramento e Aumento de Serviços Básicos - Biênio 2003-2004, p.216.

TABELA 9 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA – PROVÍNCIA DO HUAMBO

Município	Superfície Km ²	População Estimada*	Em %**
Huambo	2.609	903.375	42,7
Mungo	5.400	104.035	4,9
Ukama	1.600	67.317	3,2
Tchingenji	800	40.993	1,9
Katchiungo	2.947	75.825	3,6
Londuibale	2.698	129.438	6,1
Bailundo	7.065	260.452	12,3
Ekunha	1.677	89.979	4,2
Tchicala T.	4.380	166.219	7,9
Caála	3.680	165.566	7,8
Longonjo	2.915	114.007	5,4
Total	35.771	2.117.206	100,00

FONTE: República de Angola-Programas Provinciais de Melhoramentos e Aumento de Serviços Básicos às Populações-2003.

* População estimada de 2003.

** Percentual da população estimada.

Em geral, esta província apresenta um quadro infraestrutural bem degradado, principalmente no que concerne às condições sanitárias, os serviços de ensino básico, a má qualificação da mão de obra, má gestão administrativa e etc.

Sob a óptica da caracterização econômica, esta província é considerada como, “...um dos Celeiros de Angola (...)”³⁹, pois a agricultura e a pecuária representam mais de 76% das atividades econômicas da província”.Atualmente a maior parte da população residente nesta província, está centrada nas atividades agrícolas, onde se destacam a cultura do milho, feijão, batata doce, e batata rena, constituindo uma agricultura de subsistência para a região. Existe também o setor agrícola composto por empresas privadas e que têm as suas atividades, voltadas para o comércio inter e intraprovincial. Já o setor da pecuária, estaria mais representado pela criação de gados de corte, caprinos, suínos e aves.

³⁹ Ver em Programas Provinciais de Melhoramento e Aumento de Serviços Básicos às Populações – República de Angola, (2003,p.155).

Esta província contém importantes recursos hídricos, e dentre as bacias hidrográficas estão os rios Queve (extensão de 340 Kms), rio Cunene (extensão de 945 Kms), o rio Kubango (extensão de 975 Kms) e o rio Cuando (extensão de 735 Kms)

No que concerne à infraestrutura industrial, esta província ocupava o segundo lugar, no ranking nacional de atividades industriais, todavia, e devido ao advento de guerra civil, as indústrias como a da Metalomecânica, Química, de Materiais de Construções, Eletroeletrônica(Tv's), Têxtil, Alimentícia, Tabagista e Madeireira, se encontram parcialmente inoperantes, face às depredações e saques ocorridos na ocasião do conflito armado.

As atividades comerciais podem ser caracterizadas, pela existência de redes de estabelecimentos licenciados e não licenciados (esta característica se estende por todo o país). Existem mais de 400 estabelecimentos comerciais na província, sendo que mais de 60 % deles, se encontram na capital, Huambo.

De fato por ter sido uma região ocupada pela UNITA, esta província apresenta um quadro de estradas parcialmente degradado, o que inviabiliza, tanto os fluxos comerciais, quanto os fluxos sociais com outras províncias.

O setor financeiro, ainda está muito aquém de atender as exigências dos residentes desta província. As principais instituições financeiras estão localizadas na capital, Huambo, e atuam na concessão de crédito agrícola e no ramo seguros, beneficiando um pequeno grupo de empresários, o que de certa forma, contribui para o desenvolvimento da região.

Do ponto de vista social, a província apresenta um quadro infraestrutural parcialmente degradado nas redes; sanitária e escolar. Existem atualmente cerca de 1 médico para cada 139.143 habitantes, e a província tem, apenas 12 hospitais e 30 centros e postos de saúde, um número baixíssimo, diante do número de 2.117 habitantes na província.

Na educação são encontradas deficiências, no número insuficiente de professores; na qualificação dos docentes e na quantidade unidades escolares.

4.4.6 Província de Cabinda

A província de Cabinda é provavelmente, uma das mais importantes províncias de Angola. Geograficamente, Cabinda está situada ao extremo Norte de Angola, e faz fronteira ao Oeste com o Oceano Atlântico, ao Norte com a República do Congo e a Leste e Sul com a província do Zaire⁴⁰. A superfície terrestre é de 7.270 quilômetros quadrados representando 0,58 % de todo o território nacional. A população está estimada em 207.628 habitantes (dados de 2000) a divisão administrativa é de 4 municípios, são eles : Cabinda, Lândana, Belize e Buço-Zau.

Esta província é conhecida como o “Enclave de Angola” ou também como “Enclave do Petróleo”, no entanto, Cabinda pertence ao território angolano, muito embora, não apresente continuidade (ligação) física com nenhuma outra província do território angolano. A origem do enclave de Cabinda deu-se após a guerra civil no ex-Congo Belga nos anos 60, o país ganhou uma saída para o mar, cortando um pedaço de Angola, com autorização de Portugal. O enclave de Cabinda situa-se ao Norte desse estreito. A província apresenta uma área rica em petróleo, que sustenta basicamente a economia do país.

Sob o ponto de vista infraestrutural, a província apresenta um quadro de degradação, não muito diferente das demais províncias, pois os efeitos devastadores da guerra se estenderam até a província, sob forma das deslocações das populações, das degradações da rede sanitária (resultando num aumento da taxa de mortalidade infantil) e da rede educacional, provocando efeitos nefastos à sociedade cabindense.

Quanto às atividades econômicas destacam-se as atividades petrolíferas, que com efeito, possui uma considerável importância econômica para o país, por gerar enormes divisas e que, particularmente, compõe mais da metade de toda produção nacional.

A província apresenta uma vasta região de florestal rica em recursos naturais, onde se destacam as reservas florestais de Mayombe, que fornece anualmente mais de

⁴⁰ Não confundir a província do Zaire, com o país vizinho (ZAIRE, atual República do Congo) que faz fronteira ao Nordeste com Angola

200 mil metros cúbicos de madeira. Das atividades agrícolas destacam-se as culturas de café, banana, palmeiras (produção do Óleo de Dendê).

O setor financeiro, está representado pelos principais bancos comerciais, são os casos do Banco de Poupança e Crédito (BPC) e do Banco Nacional de Angola (BNA).

A infraestrutura do setor industrial, segundo dados de 1992, do Registro Geral de Empresa e Unidade de Estatísticas Industriais, a província de Cabinda comportava mais de 187 empresas, das quais 2 eram extrativistas e as 185 restantes eram de transformação, compostas de 71 para produtos alimentícios e de bebidas, 9 indústrias madeireiras, 2 de automóveis, 8 de vestuário, 2 para eletroeletrônico e derivados de borracha entre outras.

4.4.7 Província de Benguela

A província de Benguela está situada ao Oeste de Angola, e possui uma extensão territorial de 39.826,83 quilômetros quadrados, correspondendo a 3,19% da área total do país. A população existente atualmente nesta província, é de aproximadamente dois (2) milhões de habitantes. A capital é Benguela, e a sua divisão administrativa é composta de 9 municípios, descritos na tabela abaixo:

TABELA 10 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA – PROVÍNCIA DE BENGUELA

Município	Superfície Km²	População Estimada*	Em %**
Benguela	2.100	469.363	24,3
Lobito	3.685	736.978	38,2
Baía Farta	6.744	97.720	5,1
Ganda	4.817	190.006	9,9
Cubal	4.794	230.848	12,0
Caimbambo	3.285	44.315	2,3
Balombo	2.635	27.942	1,4
Bocoio	5.612	55.712	2,9
Chongoroi	6.151	75.256	3,9
Total	39.823	1.928.140	100,00

Fonte: República de Angola-Programas Provinciais de Melhoramentos Provinciais e Aumento de Serviços Básicos às Populações - (2003, p. 41)

* População estimada de 2003.

** percentual da população estimada .

Atualmente mais de 70% da população está concentrada na região litorânea, e atuam diretamente nas atividades rurais.

A dotação de recursos naturais, é compreendida em águas minerais, minerais radioativos, cobre, diatomitos⁴¹, enxofre, rochas calcárias, pedras semipreciosas e petróleo.

Sob a ótica social, pode-se dizer que a província apresenta uma infraestrutura escolar eficiente, se comparada com a média nacional.

Existe uma concentração na capital e em Lobito, das escolas de ensino médio e pré-universitário (PUNIV). A rede sanitária apresenta algumas deficiências, a destacar: falta de médicos e técnicos em enfermagem; falta de equipamentos hospitalares e falta de produtos farmacêuticos.

A província apresenta um quadro infraestrutural razoável, relacionados às pontes, estradas e linhas férreas. A principal base econômica de Benguela, é sustentada pela existência do porto de Lobito e o Caminho de Ferro de Benguela (CFB). A província possui mais de 5346 quilômetros de estradas, que juntamente com o CFB, que viabilizam a comunicação, tanto da região central com o interior, quanto da mesma com o resto do país.

O Setor industrial é pouco desenvolvido, embora a província, apresente um parque industrial diversificado, atualmente, opera a nível inferior a 20% da sua capacidade instalada. Dos ramos industriais destacam-se as indústrias ligeiras (têxteis, confecções, de calçados e construção civil) e indústria alimentar (do ramo açucareiro, pescas, massas, óleo vegetal)

No que se refere ao sistema financeiro, constata-se a presença dos seguintes Bancos:

- a) Banco nacional de Angola (BNA);
- b) Banco de Poupança e Crédito (BPC);
- c) Banco de Comércio e Indústria (BCI);

⁴¹ Usados na lavagem de tubos de perfuração petrolífera.

- d) Banco de Fomento Exterior;
- e) Banco Totta & Açores;
- f) Banco Africano de Investimento.

4.4.8 Província de Luanda

A província de Luanda é a capital de Angola, quanto a sua localização geográfica, a província está situada no Oeste do país, fazendo fronteira ao Norte, Leste e Sul com província do Bengo e ao Oeste com o Oceano Atlântico. A sua extensão territorial é de 2.417.78 quilômetros quadrados e ocupa apenas 0,18% da superfície total de território nacional. A sua divisão administrativa é de 9 municípios, sendo eles o Cazenga, Ingombota, Sambizanga, Cacuaco, Kilamba Kiaxi, Samba, Maianga, Rangel e Viana

A sua população está estimada em 2.824.000 habitantes (dados de 2002 do Ministério do Planeamento), o que a torna a província mais populosa do país.

A província de Luanda apresenta uma diversidade de problemas provocados fundamentalmente pelo crescimento populacional desordenado (fruto da migração dos residentes de outras províncias) e da falta de infra-estruturas, que atualmente, não atendem a população já existente.

Sob os aspectos das infra-estruturas básicas, de saneamento básico, de educação, das estruturas produtivas, a província apresenta um quadro favorável em relação à média nacional. Nela estão concentrados os maiores centros comerciais e industriais do país. A província apresenta um quadro hidrográfico favorável, pois possui dois grandes e importantes rios, o rio Bengo situado ao Norte e o rio Kwanza situado ao Sul. Estes rios cruzam a capital (Luanda), permitindo uma ligação do interior da província a costa atlântica. Em Luanda está situado o maior porto de águas profundas do país, o Porto de Luanda. Nele são exportados ferro, café, petróleo, diamantes e produtos de pesca marinha. O Aeroporto Internacional de Luanda, é o que apresenta o maior tráfego aéreo do país.

Sob ponto de vista econômico, destacam-se as atividades agrícolas, em que são produzidos tradicionalmente, milho, batata doce, feijão, laranja e mandioca.

No período colonial as atividades agro-pecuárias na província de Luanda, eram administradas por grandes sociedades como a Pecuária da Barra de Kwanza, Gomes e Irmãos dentre outros. Com o fim do colonialismo, e logo após a independência (1975), o Estado angolano confiscou maior parte destas propriedades e criou uma entidade que passou a gerir toda a atividade agro-pecuária da província, o complexo agrário Kwanza Bengo com a criação da cintura verde de Luanda, fez-se à distribuição de terrenos agrícolas à família e associações de camponeses até que, em 1987, foi criada Direção Provincial de Agricultura.

Por se localizar na costa marítima, a atividade da pesca artesanal, assume um papel relevante para economia daquela região, pois constitui uma importante fonte de renda para a população da província.

Luanda por abrigar a sede do Governo, e por isso, apresentar um quadro mais favorável em determinadas infra-estruturas, passou a absorver a maior parte da população de outras províncias, que migravam, tanto por motivos de guerra, quanto por motivos sócio-econômicos (tais como melhores salários ou de subsistência, melhores condições de vida e etc).

No contexto da guerra civil, a questão da sobrevivência é que justificaria os intensos fluxos migratórios em direção a esta província.

No entanto, acredita-se que ainda em 2003 "...o governo de Luanda promoverá a reabilitação e construção das infra-estruturas econômicas básicas, tais como as vias de comunicação, sistemas de produção e distribuição de água, saneamento básico e sistemas de produção e distribuição de eletricidade e infra-estruturas de comunicações"⁴².

Analisando sob a ótica do mercado de trabalho, boa parte da população ocupada, atua no setor informal, sobretudo na agricultura, no comércio e na pesca artesanal.

A província apresenta uma boa infraestrutura de transportes, pois permite a comunicação com o resto do país tanto por via terrestre, através dos transportes

⁴² Programas Provinciais de Melhoramento e Aumento de Serviços Básicos - Biênio 2003-2004, p.216.

rodoviários e ferroviários (Caminho de Ferro de Luanda - CFL, criada em 1909), quanto por via marítima e aérea. Atualmente a província está representada por duas empresas de transporte rodoviário de passageiros e de mercadorias, sendo uma delas estatal, a de Transportes Coletivos Urbanos de Luanda (TCUL) e outra privada, representada pela Associação dos Taxistas de Luanda (ATL).

Sob o aspecto da sociedade de Luanda, tem-se que com o advento da guerra, a província absorveu um grande volume de refugiados de outras províncias. Isto contribuiu para o crescimento de grandes centros urbanos no país, sobre tudo na capital.

O advento da migração sobrecarregou as, já debilitadas, infraestruturas de saneamento básico, de transportes, de habitação e sanitárias.

5 ANÁLISE DOS ESPAÇOS ECONÔMICOS

Diante da caracterização do país e das principais regiões (províncias), será feito um diagnóstico da existência de novos espaços econômicos nas regiões angolanas.

Para isso, se tem a necessidade de ilustrar, dentre outros fatos, a estrutura da população residente por província ao longo dos anos de 1990 a 2000, como se verá na tabela a seguir:

TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR PROVÍNCIA (1990 A 2000)

Províncias	1990	1995	1998	2000
Benguela	643.000	1.400.000	1.045.992	1.614.883
Huíla	868.000	1.062.000	889.512	1.225.004
Huambo	1.522.200	1.386.000	1.838.424	1.598.734
Bengo	65.200	333.000	190.604	384.111
Kwanza Norte	376.700	350.000	468.100	403.721
Kwanza Sul	649.700	700.000	759.863	807.441
Luanda	1.526.900	2.449.000	2.746.238	2.824.891
Cabinda	161.500	180.000	199.969	207.628
Moxico	315.100	336.000	369.428	387.572
Malange	890.500	742.000	1.077.195	855.888
Uíge	835.300	855.000	1.044.000	986.232
Lunda Norte	290.700	350.000	388.140	403.721
Lunda Sul	154.000	391.000	177.082	451.014
Namibe	114.100	239.000	368.168	275.684
Bié	1.060.900	950.000	1.366.581	1.095.813
Kunene	228.400	352.000	284.716	406.028
Zaire	191.300	250.000	296.984	288.372
Kwando Kubango	128.500	334.000	256.004	385.265
Total	10.022.000	12.659.000	13.767.000	14.602.002

FONTE: Ministério do Planeamento, 2001. p. 18

A tabela 12 demonstra a evolução e distribuição percentual da população no território angolano. Em algumas províncias percebe-se, que ao longo dos anos, ocorre

um expressivo aumento populacional, enquanto que noutras, percebe-se uma significativa diminuição da mesma.

TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR PROVÍNCIA.(1990 E 2000)

Províncias	1990	2000
Benguela	6,41	11,06
Huíla	8,66	8,39
Huambo	15,18	10,95
Bengo	0,65	2,63
Kwanza Norte	3,75	2,76
Kwanza Sul	6,48	5,53
Luanda	15,23	19,35
Cabinda	1,61	1,42
Moxico	3,14	2,65
Malange	8,88	5,86
Uíge	8,33	6,75
Lunda Norte	2,9	2,76
Lunda Sul	1,53	3,09
Namibe	1,13	1,89
Bié	10,58	7,5
Kunene	2,27	2,78
Zaire	1,9	1,97
Kwando Kubango	1,28	2,64
Total	100	100

FONTE: Ministério do Planeamento-2001, pg 18.

* Refere-se à distribuição percentual da população em relação a 1990.

** Refere-se a distribuição percentual da população de 2000.

Por já estarmos familiarizados com as províncias descritas na seção 4.4, no decorrer das análises serão consideradas as 8 províncias abordadas, relembrando: Benguela, Luanda, Huambo, Bengo, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Cabinda e Huíla.

Para uma análise preliminar, será feita uma projeção do aumento ou da diminuição, da população das referidas províncias, para que com isso possamos revelar o grau de migração ocorrido, nos diferentes períodos. (vide tabela 13)

O advento da guerra civil provocou ao longo dos anos, um bloqueio à livre circulação de pessoas e de mercadorias, provocando uma asfixia do mercado interno.

A guerra civil é o principal fator, que justificaria o intenso fluxo migratório nas regiões angolanas, e em segundo lugar, porém não menos importante, seria o fator relativo às questões sócio-econômicas.

TABELA 13 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR PROVÍNCIA X FLUXOS MIGRATÓRIOS

Províncias	P. Real* 1990	P. Real* 2000	P. Teórico** 2000	(PR-PT)*** 2000
Benguela	643.000	1.614.883	936.848	678.035
Huíla	868.000	1.225.004	1.264.671	-39.667
Huambo	1.522.200	1.598.734	2.217.837	-619.103
Bengo	65.200	384.111	94.996	289.115
Kwanza Norte	376.700	403.721	548.850	-145.129
Kwanza Sul	649.700	807.441	946.609	-139.168
Luanda	1.526.900	2.824.891	2.224.685	600.206
Cabinda	161.500	207.628	235.305	-27.677
Moxico	315.100	387.572	459.099	-71.527
Malange	890.500	855.888	1.297.454	-441.566
Uíge	835.300	986.232	1.217.028	-230.796
Lunda Norte	290.700	403.721	423.548	-19.827
Lunda Sul	154.000	451.014	224.377	226.637
Namibe	114.100	275.684	166.243	109.441
Bié	1.060.900	1.095.813	1.545.726	-449.913
Kunene	228.400	406.028	332.778	73.250
Zaire	191.300	288.372	278.723	9.649
Kwando Kubango	128.500	385.265	187.224	198.041
Total	10.022.000	14.602.002	14.602.000	-

FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2001 p. 18

* População Real residente em cada província.

** População Teórica residente em cada província

*** Diferença entre a População Real e a População Teórica (hipotética).

Taxa de Crescimento populacional é de 1,4569947(de 1990 a 2000), cuja fórmula utilizada para o cálculo foi : $A_0 (1+r)^n = A_1$.

▣ Províncias de Origem dos Fluxos Migratórios

▣ Províncias de Destino dos Fluxos Migratórios

A tabela acima descreve a população residente por província o longo dos anos, neste caso de 1990 e 2000 e também ilustra uma abordagem hipotética dos fluxos migratórios nos respectivos períodos. Na primeira coluna, temos a distribuição da população no ano de 1990, e esta é denominada de População Real de 1990, pois descreve os dados reais dos residentes naquele período.

A segunda coluna faz a mesma descrição observada na primeira, porém com a população real de 2000. A terceira coluna, descreve a População Teórica residente nas províncias. Este valor teórico ou hipotético, descreve um valor aproximado do quanto seria a população de cada região, caso esta tivesse aumentado com a mesma taxa de crescimento populacional do país como um todo, todavia considerando-se constantes todas as demais variáveis demográficas, tais como a taxa de fecundidade, taxa de mortalidade, migração e etc.

A quarta coluna refere-se à diferença entre a população real em 2000 e a população teórica para 2000.

O resultado da última coluna permite levantar a hipótese de que as províncias cuja diferença entre o valor real e o teórico seja positiva, são aquelas que receberam população, isto é, estas regiões são os pontos de destino dos movimentos migratórios. Por outro lado, estão aquelas cuja diferença foi negativa, são as províncias que perderam população, isto é, estas regiões são os pontos de saída dos movimentos migratórios.

Com efeito, pode se levantar a hipótese de que tenha ocorrido – pelo menos por parte dos residentes das províncias do interior – um intenso fluxo migratório, em direção às principais províncias do litoral e ao exterior, nos países vizinhos que fazem fronteiras com o país. Contrariando essa tendência, teríamos as províncias da Lunda Sul e Kwando Cubango. A explicação para a primeira, pode se dar pelo fato desta ser uma província diamantífera. Para a segunda, não há ainda uma explicação clara, no entanto, pode-se supor que a população das províncias vizinhas, ocupadas pela UNITA, tenham se deslocado para ela.

As províncias de origem de tais movimentos migratórios, são majoritariamente as do interior do país, dentre elas destacam-se, o Uíge, Malange, Bié e Huambo, e estas duas últimas estavam sob o domínio da UNITA. Já no que concerne às províncias e/ou regiões de destino destes movimentos, temos as províncias de Luanda, Benguela e Bengo, que absorveram a maior parte das populações. Vale ressaltar, que o conjunto das províncias, citadas anteriormente, notadamente, Luanda, Huambo, Uíge, Bié e Benguela, concentravam quase 56% da população total (nos períodos de 1990/2000), e ambas representam apenas 16% do território nacional.

O fenômeno da migração em Angola, teve o seu início particularmente, após a sua independência política, em 1975. Deste então, o incessante deslocamento das populações, só sofreu diminuições nos períodos em que foram feitos os acordos de paz, em 1992(acordo de Bicesse) e 1994(acordo de Luzaka).

Para CORAGGIO⁴³, citado por ROLIM, “A espacialidade social decorre de transformações na sociedade (...) os movimentos migratórios são uma decorrência, e eles indicam a estruturação de novos espaços econômicos”. De acordo com as considerações de Coraggio, podemos ver que no caso angolano, devido aos efeitos da guerra, as regiões do país sofreram bruscas transformações na sociedade, que se traduziram na falta de infraestruturas, na diminuição das atividades econômicas e geração de emprego e em decorrência disto, ocorreram intensos movimentos migratórios, indicando a formação de novos espaços econômicos.

A formação de espaços econômicos supostamente mais dinâmicos, se dá nas regiões de destino de fluxos sociais, pois nelas, estariam localizados os principais mercados, atividades produtivas e as infraestruturas de saneamento básico e etc.

De fato, a concentração das populações nas principais províncias de Angola (vide tabela 15), nos indica que, estas podem estar se constituindo em novos espaços econômicos.

A tabela 14 a seguir ilustra a distribuição da população empregada, em todo o território angolano.

⁴³ CORAGGIO, J. L. **On Social Spaceness and the Concept of Region. Texto apresentado no First World Regional Science Congress.** Cambridge: Mass. Mimeo, 1980.

Percebe-se que a existe uma expressiva concentração da população economicamente ativa nas principais províncias, tais como, Luanda (capital), Huambo, Huíla e Benguela. Deve-se ressaltar que existe uma parcela considerável da população, que trabalha no mercado informal. Diante disso, a soma das populações empregadas nos setores públicos e privados não totalizará os 100% do total da população economicamente ativa.

**TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO POR PROVÍNCIA DA POPULAÇÃO EMPREGADA
(2002)**

Províncias	População	Pop. E. F. P.*	Pop. E. S. p.**	Soma #	PEA***	Em %
Benguela	884.000	24.140	68.754	92.894	500.050	6,86
Huíla	1.175.000	18.905	32.646	51.551	502.368	6,89
Huambo	2.131.000	14.173	4.259	18.432	1.061.059	14,55
Bengo	234.000	3.495	5.660	9.155	123.089	1,69
Kwanza Norte	542.000	5.091	11.345	16.436	270.750	3,71
Kwanza Sul	874.000	9.715	4.019	13.734	431.485	5,92
Luanda	2.490.000	57.601	62.252	119.853	1.299.454	17,82
Cabinda	245.000	9.076	8.004	17.080	133.687	1,83
Moxico	443.000	6.511	---	6.511	201.607	2,76
Malange	1.256.000	5.786	---	5.786	698.076	9,57
Uíge	1.213.000	10.343	1.059	11.402	601.027	8,24
Lunda Norte	394.000	4.075	6.845	10.920	199.354	2,73
Lunda Sul	203.000	3.633	2.304	5.937	98.900	1,36
Namibe	190.000	5.942	22.760	28.702	88.047	1,21
Bié	1.576.000	10.109	12.196	22.305	679.247	9,31
Kunene	314.000	3.999	2.273	6.272	149.195	2,05
Zaire	323.000	3.848	1.512	5.360	175.460	2,41
Kwando						
Kubango	171.000	4.179	4.748	8.927	80.758	1,11
TOTAL	14.658.000	200.621	250.636	451.257	7.293.613	100

FONTE: Relatório Econômico de Angola 2002 - Universidade Católica de Angola - Centro de Estudos e Investigação Científica. p. 53.

NOTAS: * População empregada na função pública;

** População empregada no setor privado;

*** População Economicamente Ativa (PEA), com idade compreendida de 14 a 60 anos.

OBS: Soma #, refere-se ao somatório a população empregada na função pública e a população empregada no setor privado.

Os dados referentes à população total são de 2002.

No que tange a criação de empregos, temos que instituições públicas e as privadas, ainda apresentam algumas dificuldades de criar novos postos de trabalho, devido essencialmente à quase inoperância dos setores que integram a economia nacional.

Se voltarmos para a caracterização das províncias angolanas, podemos perceber que, embora também apresentem degradações, as províncias supracitadas na seção 4.4, apresentam, em geral, melhores condições infraestruturas (se relacionadas com o restante das províncias do país.), o que permite um maior acesso da população, aos serviços sanitários, à educação (Universidades); ao mercado de trabalho (presença de fábricas e de grandes mercados); ao sistema de transporte (rodoviário e ferroviário)

Na tabela 14 temos a descrição da população empregada no setor privado. Das empresas que atuam neste setor, 75% fazem parte do conjunto delas atuam na área da indústria de transformação, indústria alimentar, construção civil e obras públicas. Já no que se refere à população empregada na função pública, temos que quase 80% dos funcionários públicos estão concentrados nas 8 províncias descritas na tabela 15, destes funcionários a maioria, quase 80%, tem o ensino secundário, em detrimento dos 16,6% funcionários que não tem o primário completo.

TABELA 15 - COMPÊNDIO ESTATÍSTICO - CARACTERIZAÇÃO DAS PROVÍNCIAS ANGOLANAS(REF. A 2000)

Províncias	Benguela	Huíla	Huambo	Bengo	Kwanza N.	Kwanza S.	Luanda	Cabinda	Total	Em %
Rubricas										
População	884.000	1.175.000	2.131.000	234.000	542.000	874.000	2.490.000	245.000	8.575.000	58,72
Área Km2	39.827	79.022	35.771	41.000	20.000	58.698	2.257	7.270	283.845	22,77
População Economicamente Ativa (PEA), com idade compreendida de 14 a 60 anos	500.050	502.368	1.061.059	123.089	270.750	431.485	1.299.454	133.687	4.321.942	59,25
H.C. P. - Refere-se a Unidades Sanitárias Funcionais, compostas pelo conjunto de Hospitais, Centros e Postos de Saúde	178	96	41	46	48	134	40	154	737	65,04
Refere-se ao Comércio Licenciado	657	0	817	7	6	0	1540	833	3860	84,74
População com Ensino Técnico Superior	219	481	345	40	37	75	4.960	190	6347	93,3
Pop. E.F.P., refere-se à população empregada na função pública	24.140	18.905	14.173	3.495	5.091	9.715	57.601	9.076	142.196	70,87
Pop. E.S.P., refere-se à população empregada no setor privado	68.754	-	4.259	5.660	11.345	4.019	62.252	8.004	196.939	78,57

FONTE: Ministério do planeamento e Relatório Económico de Angola - UCAN.

NOTA: Todos os dados da tabela referem-se ao ano de 2000, com exceção da PEA, que está com base em dados de 2002.

A tabela 15 descreve um compêndio estatístico, composto de informações que caracterizam as principais províncias. Ela também permitirá que vejamos a importância relativa destas províncias em relação ao país.

Temos que mais de 50% da população está concentrada nestas regiões, que representam, em conjunto, apenas 23% de todo o território nacional. Aproximadamente 65% dos hospitais, centros e postos de saúde, estão concentrados nestas províncias, sobretudo nas províncias de Benguela, Kwanza Sul e Cabinda.

No que concerne às atividades comerciais, temos que mais de 84% do comércio licenciado, está concentrado em tais províncias. Este setor merece uma certa atenção, pois uma grande maioria da população, sobrevive das atividades comerciais, sobretudo, operando em estabelecimentos ou em grandes mercados não licenciados. A província de Luanda, assume a liderança na representatividade das atividades comerciais, e a segunda e a terceira posição, ficam com as províncias do Huambo e Cabinda, respectivamente.

Quanto à qualificação acadêmica, temos que a população com ensino superior e preparo técnico, também está concentrada em tais províncias. À luz do que foi descrito, na caracterização da seção 4.4 do trabalho, temos que as universidades, as escolas e centros de qualificação profissional, se concentram nestas províncias, principalmente nas províncias da Huíla e de Luanda. O valor de 93,3 %, confirma que a população com ensino superior está, majoritariamente, localizada em tais províncias, revelando que estas regiões oferecem melhores condições aos que ali se instalarem.

Ainda nestas regiões, está concentrada uma expressiva parcela da população economicamente ativa (PEA), que neste caso se aproxima dos 60 %. De fato, este é um outro indicativo de que, nestas regiões, existem sim, formações de novos espaços econômicos.⁴⁴

⁴⁴ Infelizmente, devido ao fato do país ter passado por mais de 30 anos de guerra (desde o período colonial até início de 2002), e por ter boa parte das suas infraestruturas destruídas, existem poucas instituições que podem fornecer dados estatísticos sobre os níveis das atividades econômicas de cada região do país, portanto dados como o PIB de cada região; índice de atividades industriais de cada região; nível de produtividade; índice de atividades agrícolas; índices precisos dos fluxos migratórios inter e intraprovíncias; dentre outros, que nos permitiriam fazer

No entanto do exercício feito com a tabela 13 e a tabela 15, podemos concluir que de fato as regiões, supracitadas, são as que apresentam a formação de espaços novos espaços econômicos e eventualmente mais dinâmicos na economia angolana.

uma análise mais aprofundada das províncias aqui descritas, não estão disponíveis. O fato de o último censo demográfico ter sido feito no período colonial, revela a gravidade e precariedade que algumas instituições de dados estatísticos existentes no país.

6 CONCLUSÃO

As propostas do presente trabalho, se resumiram em fazer um diagnóstico da existência de novos espaços econômicos em Angola. Para isto, foi feita uma retrospectiva histórica das principais mudanças ocorridas na economia angolana, bem como, a caracterização das regiões angolanas.

O passado histórico nos mostrou que desde a libertação colonial, o país mergulhou no profundo abismo marcado pelos conflitos políticos, étnicos e econômicos, do qual, só agora – depois de 27 anos - está conseguindo emergir. Não bastasse, a guerra civil que só contribuiu para a destruição das infraestruturas produtivas e de milhares de vidas humanas, teve-se o importante papel dos conflitos resultantes das diferenças culturais e étnicas, que quando afloradas, contribuíram para que o país se visse dividido em grandes regiões, formando aquilo que Markusen definiu como regionalismo.

Durante o período pós-independência, diante dos conflitos políticos ocorridos entre os principais movimentos nacionalistas, o território angolano viu-se dividido em três grandes regiões, são o Norte, composto pelas províncias do Zaire e Uíge, que era a região ocupada pela FNLA, de Holden Roberto, a região Sul, composta pelas províncias de , Bié e Huambo, Lunda Norte e Kwando Kubango, ocupadas pela UNITA, de Jonas Savimbi, e a região Central, composta pelas províncias de Luanda, Cabinda, Bengo, Malange, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Lunda Sul, Benguela, Malange, Namibe, Huíla, Moxico ocupadas pelo MPLA, de José Eduardo dos Santos. Esta divisão territorial, esboçaria num primeiro momento, que estas regiões apresentariam diversas assimetrias entre elas, o que nos serviria como um indicativo, da existência de diferentes espaços econômicos.

Paralelamente no cenário econômico, ocorreu uma mudança estrutural no país, marcada pela reorientação para uma economia de mercado, o que de certa forma contribuiu para a consolidação de Capitalismo no país. As reformas feitas no início da década de 90, notadamente, 1990 e 1991, com os programas de austeridade

contribuíram para que o país, amenizasse os impactos, às vezes perversos, inerentes ao sistema capitalista.

De acordo com as caracterizações feitas sobre as províncias na seção 4.4, vimos que as províncias consideradas apresentam algumas potencialidades, das quais destacamos a província do Huambo, que é considerada com um dos Celeiros de Angola. Esta província, apresenta um enorme potencial agrícola, e devido à expressiva representatividade do setor agrícola e da pecuária nas atividades econômicas do país, esta assume o importante papel de abastecer o mercado interno, com os produtos que compõem a alimentação básica da população da província e do resto do país.

Outra província seria Cabinda, esta de fato é provavelmente a mais importante, no tocante de geração de divisas. Também conhecida como enclave do petróleo, esta província contribui para a produção de mais de 60% das receitas do país. Pelo fato de haver, nesta província, um grande número empresas estrangeiras, as externalidades geradas pelas suas atividades, não incidem diretamente sobre as populações, mas nem por isso, esta região deixa de se constituir como um espaço econômico. Outra região importante é a do setor diamantífero, notadamente, as Lundas Norte e Sul situadas no Nordeste do país, estas regiões são ricas em diamantes e outros metais preciosos. E como vimos anteriormente, serviu de fonte de recursos para o financiamento do partido da UNITA, liderado por Jonas Savimbi, na ocasião da guerra.

Outra província importante é a capital Luanda, esta por ser a capital administrativa do país, assume um importante papel de absorver as massas populacionais advindas de outras regiões.

Diante das caracterizações das províncias, vimos que a guerra civil foi a principal responsável pelo atual estado das regiões angolanas, e isto contribuiu para que houvesse intensos movimentos sociais, em todo o território angolano. Os fluxos migratórios ocorridos no país, são majoritariamente justificados por razões da sobrevivência da população. No entanto, o fenômeno da migração assume o importante papel de ser a variável dinâmica para dar-nos um indicativo parcial das possíveis formações de novos espaços econômicos.

Na última parte deste trabalho, de acordo com a tabela 15 podemos comprovar que em decorrência dos conflitos políticos no mercado interno, os resultados obtidos da diferença entre a população real e a população teórica, nos forneceram informações sobre as regiões de origem de tais movimentações sociais, bem como das regiões de destino dos mesmos.

Com efeito, podemos chegar a conclusão de que, nas regiões de destino destes fluxos migratórios, estariam se formando novos espaços econômicos. E este resultado pode ser confirmado, ao se confrontar com os resultados obtidos da análise da seção 4.4, em que nas regiões descritas, estão os espaços econômicos supostamente mais dinâmicos da economia angolana.

De fato, para complementar o resultado desta hipótese, deve ser considerado o fato de que uma parcela da população parcialmente como indicador para a existência de espaços supostamente mais dinâmicos na economia angolana que estas nestas

Diante da caracterização das principais províncias angolanas, podemos perceber que o país em geral, apresenta um perfil sócio-econômico bastante promissor, em face da riqueza em recursos naturais, minerais e humanos de que o país dispõe. Todavia, ainda há um longo caminho a ser seguido, espera-se do governo uma atitude mais enérgica no sentido de promover a seguridade social, a criação de bases que possibilitem a formação da indústria nacional, a criação de programas que gerem efeitos multiplicadores de renda e criadores de empregos, e que amenizem as desigualdades regionais, para que isso, contribua para o desenvolvimento regional e econômico do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENDAVID, V. **Avrom-Regional and Local Economic Analysis for Practitioners-Westport, Connecticut**. 4. ed. p. 3-39.

CALADO, J. C. **A Emergência do empresariado em Angola**. Luanda, 1998, p. 13.

CORAGGIO, J. L. **On Social Spaceness and the Concept of Region. Texto apresentado no First World Regional Science Congress**. Cambridge: Mass. Mimeo, 1980.

EMBAIXADA DE ANGOLA EM PORTUGAL. **Geografia e Política**. Disponível em: <[http://: www.embaixadadeangola.pt](http://www.embaixadadeangola.pt)>. Acesso em: ago – out/2002.

FROYEN, R T. **Macroeconomia**. 1999, p. 31.

GOVERNO DE ANGOLA. **Programas Provinciais de Melhoramento e Aumento de Serviços Básicos**. (Conselho de Ministros). Biênio 2003-2004. 323 p.

HADDAD, P. **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza, BNB-ETENG, 1989, p. 48.

KIALA, P. **Diagnóstico Sócio-Demográfico de Angola**. Numa Perspectiva de Integração entre População e Desenvolvimento. p. 20.

MARKUSEN, A. Regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço & Debates**, n. 2. Maio, 1981. p. 83

MENEZES, S. **Mamma Angola – Sociedade e Economia de um País Nascente**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Fapesp, 2000.

MICS - **Multiple Indicators Cluster Survey**. (Inquérito de Indicadores Múltiplos por Amostragem). Angola: INE – UNICEF, 1997.

PNUD - **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Luanda, 1997, p. 02-15.

_____. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-Relatório de Desenvolvimento Humano**. Luanda, 1998, p. 41-64.

POLÉSE, M. **Economia Urbana e Regional**. Coimbra: ADPR, 1998.

REVISTA Cidades & Municípios. Ano XII, n. 89, p. 41 e 42. Luanda, 1999.

ROLIM, C. F. C. **Espaço e Região: um Retorno aos Conceitos Originais**. Texto para discussão n° 80, para o curso de mestrado em economia Fortaleza: CME.CAEN-UFC, 1998.

_____. **Tentativa de Interpretação do Regionalismo no Brasil Meridional**. p. 2.

SANDRONI, P.: **Novíssimo Dicionário de Economia**: Ed. Best Seller 1999, p42

UCAN. **Relatório Econômico de Angola**. Universidade Católica de Angola. Centro de Estudos e Investigação Científica.(2002).

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Ática, 2002.